Assunto: Envio de material para subsidiar levantamento de informações relativo a questões previdenciárias, PEC 287/2016.

DESPACHO DO PRESIDENTE

Encaminhe-se à Segecex os documentos relativos a questões previdenciárias, recebidos dos representantes das entidades participantes da Audiência realizada nesta data, para subsidiar o levantamento das informações consignadas na determinação objeto do Despacho de 16/1/2017 dessa Presidência (cópia anexa).

Gabinete do Presidente, em 31 de janeiro de 2017.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

TCU 1 SERV PART E PROD GRAF.01/02/2017 13:23 0000330

0 000566 995710

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Presidente

ASSUNTO: Envio ao Congresso Nacional e à Comissão Especial, responsável pela análise da PEC 287/2016, dos principais pontos relativos a questões previdenciárias identificadas em Relatórios e Acórdãos do Tribunal.

DESPACHO DO PRESIDENTE

Considerando a aprovação da EC 95 de 15/12/2016, referente ao Teto de Gastos Públicos, impondo na pauta a necessidade de uma discussão urgente sobre a reforma da previdência;

Considerando a instauração de Comissão Especial para apreciação de propostas de reforma da previdência;

Considerando o fato de que os trabalhos da previdência social do Tribunal foram precursores ao demonstrarem, já em 2012, a não sustentabilidade dos gastos e outros riscos afetos (Acórdão 2059/2012- Plenário, Relator Ministro José Múcio; Acórdão 3414/2014 – Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz; Acórdão 2710/2015 – Plenário, Relator Ministro Augusto Nardes; Acórdão 1331/2016 – Plenário, Relator Ministro Vital do Rêgo; Acórdão 2973/2016 – Plenário, Relator Ministro Vital do Rêgo; Acórdão 1749/2016 – Plenário, Relator Ministro Vital do Rêgo);

Considerando a urgência da matéria e a sua relevância social;

Considerando as prerrogativas do Tribunal de Contas da União no Controle Externo da Administração Pública instituídas no art. 71 da Constituição Federal; e

Considerando a competência do TCU, instituída por meio do art. 29 do Regimento Interno do Tribunal, assim como o disposto no art. 18 da Resolução/TCU nº 269/2015;

Determino à Segecex que:

I) Realize levantamento dos principais achados e deliberações das ações de fiscalização relativas à sustentabilidade dos regimes previdenciários e aos riscos afetos e que elabore minuta de aviso descrevendo os principais achados em cada um dos processos que deram origem aos respectivos acórdãos, a fim de que esta Presidência encaminhe aos Presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e da Comissão Especial responsável por analisar a PEC 287/2016.

Gabinete do Presidente, em 16 de janeiro de 2017.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Entidade	Presidente	Email - Cargo	Telefone	Contato
ANAJUR Associação Nacional dos Membros das Carreiras da Advocacia Geral da União	Ruth Miller	anajur1986@gmail.com	(61) 3322-9054 98151-7508	Marinete Rosa Assistente Administrativo
ANAUNI Associação Nacional dos Advogados da União	Bruno Fortes	anauni@anauni.org.br presidencia@anauni.org.br	(61) 3344-4386	Elaine de Sousa Silva Assistente Administrativo
	Douglas Vitoriano Locateli	Ex-presidente		RG: 3619455-4 ssp/PR Cpf: 539.311.659-49
ANAFE ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS ADVOGADOS PÚBLICOS FEDERAIS	Marcelino Rodrigues	secretaria.anafe@gmail.com secretaria.anafe@gmail.com presidente@anafenacional.org.br	(61) 3326-5149	Cynthia Lucena
FENAJUFE Federação Nacional Dos Trabalhadores do Judiciário Federal e MPU	Helenio Porto Barros	Coordenador Geral da FENAJUFE	Eliane Mendes Secretária Política 61 99144 8826	RG nº 06.210.584-6 – Detran/RJ, CPF nº 783.984.527-49
SINASEMPU – Sindicato Nacional dos Servidores do MPU	Elizabeth Zimmermann	Diretora E-mail: seccionalsp@sinaasempu.org.br	(11)-4593-1499 e (11)-97657-1376	RG 4.408.922-3
ASSOCIAÇÃO AUDITORIA DA DIVIDA PUBLICA	Maria Lucia Fatorelli			
OAB Ordem dos Advogados do Brasil	Diego Monteiro Cherulli Thais Riedel Claudio Lamachia	Comissão de Seguridade Social da OAB	(61)9209-8060	Diego Cherulli
AMB	Juiz Jayme de Oliveira	Presidente da Entidade	(61) 2103-9043 Indra Maura	

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Associação dos Magistrados do Brasil			GAB/Presidencia	
AJUFE Associação de Juizes Federais do Brasil		José Antônio de Araújo Vice Presidente – 5ª Região	3321-8482	Jose Nascimento Secretaria Presidencia
ANAMATRA Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho	Luiz Antonio Colussi	Diretor	61 2103-7989 98121 3139	Elisa Lacerda Assessora da Presidencia
SINDSEMPE Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Minas Gerais	Eduardo de Souza Maia	Coordenador Geral do SINDSEMP - **Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Minas Gerais** e-mail: coordenadorgeral@sindsempmg.org.br	031 2555-0051 / 031 997773774	Igor Yagelovic Coordenador Geral SITRAEMG - +55(31) 4501-1500 / 98791-4662
ANFIP-MG ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS - MG	Ilva Maria Franca Lauria	Presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG email: ilvalauria@hotmail.com	031997319441 / 992950817	Igor Yagelovic Coordenador Geral SITRAEMG - +55(31) 4501-1500 / 98791-4662
FENASEMPE	Marcos Kersting Soares	Presidente da FENASEMPE email: fenasempe@gmail.com	051 9878-1020 / 9397-5979	Igor Yagelovic Coordenador Geral SITRAEMG - +55(31) 4501-1500 / 98791-4662
SITRAEMG - Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado de Minas Gerais	**Igor Yagelovic**	Coordenador Geral	+55(31) 4501-1500 / 98791-4662	+55(31) 4501-1500 / 98791-4662
ASEMPT – Associação do Servidores do Ministério Público do Trabalho e M. Público Militar	**Adeline Cecília Castilho**	Presidente E-mail: diretora.asempt@gmaill.com	61 3223-9008	Elizabeth Zimmermann Secretaria Geral
ANFIP ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS	**Vilson Antonio Romero**	Presidente	61 3251-8140	Cássia Alves Secretaria da Presidencia
ASSEJUR Associação	**Andre Borato**	Presidente		RG: 273357 SSP/DF

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Dos Servidores do Judiciário				
ANPPREV Associação Nacional Dos Procuradores Federais e Adv Públicos	**Antônio Rodirgues**	Presidente	(061) 996111603	
	Lígia Azevedo Nogueira	Advogada	(061) 99904-2826	OAB: 7.088 CPF: 359.407.781-00

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA – PERGUNTAS E RESPOSTAS

A Previdência Social precisa adaptar-se à nova realidade demográfica brasileira a fim de que a atual geração em idade ativa e as próximas que a sucederão tenham a garantia de sua aposentadoria.

O perfil da sociedade brasileira vem mudando rapidamente, com o aumento da expectativa de vida e diminuição da fecundidade, o que altera a proporção de ativos e inativos no mercado de trabalho.

De acordo com dados das Projeções Populacionais do IBGE (2013), enquanto há, hoje, 140,9 milhões de pessoas em idade ativa, em 2060 haverá 131,4 milhões, número 6,7% inferior. No mesmo período, o número de idosos crescerá 262,7%.

Hoje, uma em cada dez pessoas é idosa. Em 2060, uma em cada três será idosa. Ou seja, a evolução demográfica aponta para uma maior quantidade de beneficiários, os quais, além de mais numerosos, serão mais longevos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

O que é a Previdência Social?

A Previdência Social é uma rede de proteção que ampara os trabalhadores e suas famílias em todas as etapas da vida. A Previdência está ao lado do trabalhador em várias situações que impeçam o exercício de suas atividades, como no caso de doença e acidente. Também garante proteção quando a pessoa envelhece e merece usufruir a aposentadoria, após toda uma trajetória de trabalho em que colabora para o desenvolvimento do País. Além disso, está junto dos pais e das mães quando uma criança chega, por meio de parto ou de adoção.

Como ter acesso à cobertura da Previdência?

Os empregados e servidores públicos são obrigatoriamente incluídos em seu respectivo regime de previdência social, a partir da assinatura da Carteira de Trabalho ou da posse no serviço público.

Todos os cidadãos e cidadãs brasileiros, a partir de 16 anos de idade quando trabalham como autônomo, devem, obrigatoriamente, se inscrever no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e contribuir, mensalmente, para ter acesso aos benefícios. Os estudantes e as donas de casa que não possuem trabalho remunerado também podem se inscrever INSS e contribuir mensalmente, garantindo sua proteção previdenciária.

Quais são os benefícios oferecidos pela Previdência?

A Previdência oferece uma série de benefícios para o trabalhador e sua família, como aposentadorias, salário-maternidade, salário-família, auxílio-doença, auxílio-acidente e pensão por morte.

Como funciona a Previdência Social?

O sistema de previdência social brasileiro está estruturado em três pilares: o Regime Geral de Previdência Social - RGPS; os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, organizados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios; e o Regime de Previdência Complementar, organizado em entidades abertas, de livre acesso, e fechadas, destinado aos segurados já filiados ao RGPS e aos RPPS.

Como a Previdência Social acumula os recursos para o pagamento de benefícios?

O acúmulo de recurso ocorre durante toda vida laboral do trabalhador. Cada regime utiliza uma metodologia própria para garantir o pagamento dos benefícios.

No caso do RGPS, os trabalhadores em idade ativa e com condições para o trabalho custeiam os benefícios daqueles que estão fora do mercado de trabalho. Nesse caso, cada trabalhador contribui para um único fundo que é usado para atender os trabalhadores que estão impossibilitados de trabalhar, seja temporariamente ou permanentemente, quando se

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

aposentam. Assim, esse fundo depende fortemente do tamanho da sua força produtiva para garantir o pagamento de benefícios.

A Constituição exige que os RPPS tenham equilíbrio financeiro e atuarial e autoriza que os entes federativos, mediante lei, constituam fundos integrados por contribuições, bens, direitos e ativos com o objetivo de assegurar recursos para esse objetivo.

De onde vêm os recursos da Previdência Social?

As fontes de recursos para o RGPS são as contribuições sobre a folha de salários dos trabalhadores empregados (contribuem tanto empregador quanto empregado); contribuição sobre a renda bruta das empresas – Cofins; Contribuição sobre o Lucro Líquido – CSLL; contribuição sobre a renda líquida dos concursos de prognósticos, excetuando-se os valores destinados ao Programa de Crédito Educativo; e outras de menor valor.

Os RPPS contam com as contribuições do servidor público ativo, dos aposentados e pensionistas e do ente federativo e com bens e direitos destinados por lei ao seu custeio. Os recursos das contribuições são aplicados no mercado financeiro e segregados das demais contas do ente federativo e são administrados por um órgão ou entidade com finalidade de efetuar a gestão de todo o regime.

O que é o déficit da Previdência?

No RGPS, o déficit é a simples diferença entre o que é arrecado mensalmente por suas fontes próprias e o montante usado para pagar os benefícios previdenciários. Essa diferença é suportada pelo Tesouro Nacional

Quanto aos RPPS, há déficit financeiro quando não houver equivalência entre as receitas auferidas e as obrigações do RPPS em cada exercício financeiro. Haverá desequilíbrio atuarial quando não for garantida a equivalência, entre o fluxo das receitas estimadas e das obrigações projetadas, apuradas a longo prazo. Também nos RPPS os entes federativos são responsáveis por eventual déficit financeiro no RPPS de seus servidores.

Por que é necessário fazer ajustes na Previdência?

O RGPS é de repartição simples: quem está na ativa sustenta o benefício de quem já está fora do mercado, por meio de um pacto de gerações. As projeções populacionais mostram que, em 2060, teremos menos pessoas em idade ativa do que hoje. Ao mesmo tempo, o número de idosos irá crescer 262,7% nesse mesmo período.

O art. 40 da Constituição e a Lei nº 9.717/1998 exigem que seja mantido o equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS. Daí a importância de que seja feita a reforma pois as regras atuais de concessão de benefícios não estão permitindo que esses regimes alcancem esse equilíbrio.

A população idosa vai saltar de 22 milhões de pessoas com 60 anos ou mais para cerca de 73,5 milhões em 2060. Em termos de proporção da população, no mesmo período, a participação

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

dos idosos na população total vai saltar do patamar de 10% para cerca de 33,7% em 2060, conforme a projeção demográfica do IBGE divulgada em 2013.

Em 2013, uma em cada dez pessoas era idosa. Em 2060, uma em cada três será idosa. Além disso, a taxa de fecundidade caiu entre 1980 e 2015, passando de 4,1 para 1,7 filhos nascidos vivos por mulher, implicando menor crescimento da população no futuro.

Em outras palavras, a Previdência Social contará com número menor de contribuintes e aumento na quantidade de beneficiários, o que irá pressionar de modo considerável sua despesa e necessidade de financiamento.

O que é bônus demográfico?

De acordo com estudos sobre o comportamento populacional, o conceito de bônus demográfico se refere à situação na qual a estrutura etária da população atua no sentido de facilitar o crescimento econômico. Isso ocorre, por exemplo, quando há um grande contingente da população em idade produtiva e um menor número de idosos e crianças, que estão fora do mercado de trabalho. O Brasil atravessa a fase final do bônus demográfico, com previsão de encerramento por volta de 2024, devido à redução da taxa de fecundidade e ao aumento da expectativa de vida.

O que é razão de dependência de idosos?

Razão de dependência de idosos é a relação entre a população inativa de 65 anos ou mais e a população em idade ativa (15-64). Em 2015, por exemplo, para cada 100 pessoas em idade ativa, havia 11,5 idosos. Em 2060, essa relação deverá passar para 44,4.

De acordo com projeções do IBGE essa relação muda de 5,1 ativos para cada idoso em 2030. Em 2060 essa razão será de 2,3 ativos para cada idoso.

Quais as consequências desse perfil demográfico para a Previdência Social?

O resultado previdenciário será duplamente pressionado: haverá mais beneficiários da previdência e um menor contingente de contribuintes. Além disso, a expectativa de sobrevida aos 60 anos passou de 16 anos, em 1980, para 22 anos, atualmente. O aumento da longevidade da população demanda ações específicas para a sustentabilidade da seguridade social.

A expectativa de sobrevida cresce em todos os segmentos etários, inclusive entre os mais idosos, o que implica maior duração no pagamento de benefícios.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS) - INSS

Quem pode contribuir para o RGPS?

São categorias de segurado da Previdência: o empregado, o empregado doméstico, o trabalhador avulso, o contribuinte individual, o segurado especial e o segurado facultativo.

Quem pode integrar cada categoria?

Empregado é o trabalhador com carteira assinada que presta serviços de natureza não eventual a empregador, mediante recebimento de salário.

Empregado Doméstico é o trabalhador com carteira assinada que presta serviço em residência de outra pessoa ou família, como cozinheira, jardineiro ou caseiro, desde que a atividade não tenha fins lucrativos para o empregador.

Trabalhador Avulso é aquele que presta serviço a diversas empresas, sem vínculo de emprego, contratado por sindicatos ou órgãos gestores de mão de obra, como estivador, amarrador de embarcações e ensacador de cacau, entre outros.

Contribuinte Individual é a pessoa que trabalha por conta própria (autônomo) ou que presta serviço de natureza eventual a empresas, sem vínculo empregatício. Nesta categoria encontra-se também o microempreendedor individual.

Segurado Especial é o agricultor familiar, pescador artesanal ou indígena que exerce atividade individualmente ou em regime de economia familiar.

Segurado Facultativo é a pessoa maior de 16 anos de idade que não tem renda própria, mas contribui para a Previdência Social, como o estudante, a dona de casa e o síndico não remunerado.

A reforma criará um regime de previdência único para todos os trabalhadores?

Não. Continuarão coexistindo o Regime Geral de Previdência Social - INSS e os Regimes Próprios dos servidores públicos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Entretanto, eles passarão a ter convergência de regras de acesso aos benefícios, fortalecendo o princípio da igualdade e justiça social entre os trabalhadores.

APOSENTADORIA

Já tenho idade e tempo de contribuição para aposentadoria. A reforma pode me afetar?

Não. Serão respeitados os direitos já adquiridos, seja para aposentadoria por tempo e contribuição ou por aposentadoria por idade urbana e rural, de acordo com os seguintes critérios:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição: 35 anos de contribuição para os homens e 30 anos de contribuição para as mulheres.

Para a aposentadoria por idade urbana: 65 anos para os homens e 60 anos para as mulheres, com 15 anos de contribuição.

Para a aposentadoria por idade rural: 60 anos para os homens e 55 anos para as mulheres, com 15 anos de contribuição ou de atividade rural para os segurados especiais.

A reforma estabelecerá idade mínima de aposentadoria?

Sim. A idade mínima para aposentadoria será de 65 anos, para homens e mulheres, com, no mínimo, 25 anos de tempo de contribuição.

A contribuição previdenciária do segurado especial continuará sendo sobre o valor da comercialização da produção?

Não. A contribuição será sobre o limite mínimo do salário de contribuição do RGPS, mediante a aplicação de uma alíquota diferenciada, nos termos e prazos definidos em lei.

O grupo familiar rural continuará protegido pela Previdência Social?

Sim. Entretanto cada membro do grupo familiar contribuirá de forma individualizada mediante alíquota diferenciada sobre o limite mínimo do salário de contribuição para o Regime Geral.

O segurado especial (agricultor familiar, pescador artesanal e o indígena que exerce sua atividade em regime de economia familiar) poderá se aposentar com idade reduzida?

Não. A idade mínima para a aposentadoria desses segurados será a mesma estabelecida para os segurados urbanos. Haverá regra de transição também para o segurado especial.

Como ficam as regras de aposentadoria para a pessoa com deficiência e para o trabalhador cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que efetivamente prejudiquem a saúde?

Para esses trabalhadores, o tratamento especial continuará existindo, mas a diferença em relação aos demais trabalhadores não poderá ser maior que 10 anos no requisito de idade e 5 anos no de tempo de contribuição.

Haverá concessão de aposentadoria com tempo reduzido para o professor que comprovar, exclusivamente, tempo de efetivo do exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio?

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Não. O professor se aposentará com as mesmas regras estabelecidas para os demais segurados. Também haverá regra de transição para professor.

Como ficará o valor da aposentadoria?

O valor da aposentadoria corresponderá a 51% (cinquenta e um por cento) da média dos salários de contribuição, acrescidos de 1 (um) ponto percentual desta média para cada ano de contribuição considerado na concessão da aposentadoria, até o limite de 100%. O trabalhador com 65 anos de idade e 25 anos de tempo de contribuição terá a aposentadoria igual a 76% do seu salário de contribuição.

Exemplo 51% da média de salários + 25 (um ponto por ano de contribuição) = 76% do salário de contribuição. Caso o segurado resolva trabalhar mais 5 anos esse valor será de 81%.

E no caso de aposentadoria por incapacidade?

No caso de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho quando decorrentes, exclusivamente, de acidente no trabalho, o valor corresponderá a 100% da média das remunerações.

Haverá regra de transição para os atuais segurados do Regime Geral de Previdência Social?

Sim. Homens com 50 anos de idade ou mais e mulheres com 45 anos de idade ou mais poderão aposentar-se com regras diferenciadas. Deverão cumprir um período adicional de contribuição (pedágio) equivalente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que, na data de promulgação da Emenda, faltaria para atingir o número de meses de contribuição exigido.

Essa regra de transição também será aplicada para o professor e para o segurado especial (rural)?

Sim. Tanto o professor, como o segurado especial (rural) que tiverem 50 anos de idade ou mais, se homem, e 45 anos de idade ou mais, se mulher, poderão aposentar-se com regras diferenciadas. Nesses casos, também deverão cumprir um período adicional de contribuição (pedágio) equivalente a 50% (cinquenta por cento) do tempo que, na data de promulgação da Emenda, faltaria para atingir o número de meses de contribuição exigido.

PENSÃO POR MORTE

Quais as principais mudanças referentes à pensão por morte?

- Valor do benefício baseado em sistema de cotas, com previsão de valor inicial de pensão diferenciado conforme o número de dependentes
- Desvinculação do valor do benefício ao salário-mínimo
- Vedação do acúmulo de duas pensões por morte, pelo beneficiário cônjuge ou companheiro, oriundas de qualquer regime previdenciário

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

- Irreversibilidade das cotas individuais de pensão

Quais as mudanças ocorridas nas regras de cálculo da pensão por morte?

O benefício de pensão por morte terá um valor equivalente a uma cota familiar de 50% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por incapacidade permanente, acrescida de 10% para cada dependente (mínimo de 60%), até o limite de 100%.

Exemplo
Segurado aposentado, ao falecer, deixou esposa e dois filhos com direito ao recebimento do benefício de pensão por morte. O valor do benefício corresponderá a 80% do valor da aposentadoria que o segurado recebia ou daquela a que teria direito se estivesse aposentado por incapacidade permanente (50% acrescido de 2 cotas individuais de 10%)

As regras de pagamento de pensão por morte a dependentes de segurados que faleceram antes da reforma mudam?

Não. É mantido o direito adquirido ao recebimento da pensão por morte segundo as regras vigentes. Apenas as pensões decorrentes de óbito ocorrido a partir da promulgação da Emenda serão calculadas pelas novas regras.

Com a perda da qualidade de dependente (quando o jovem atinge a maioridade, por exemplo) a cota individual será revertida para os demais dependentes?

Não. A cota individual da pensão cessará com a perda da qualidade de dependente.

Ainda é possível haver reversão de cotas entre beneficiários de pensão?

As cotas continuarão a ser reversíveis apenas para as pensões já concedidas, se a data de óbito for anterior à promulgação da Emenda, conforme a legislação.

Será possível acumular a pensão com outro benefício previdenciário?

Não haverá acúmulo de mais de uma pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro e de pensão por morte com aposentadoria. Contudo, será possível optar pelo benefício mais vantajoso.

As acumulações já existentes serão revertidas?

Não. Serão respeitadas as regras existentes antes da entrada em vigor da Emenda Constitucional.

O cônjuge ou companheiro que trabalha poderá receber pensão por morte do segurado falecido junto com sua remuneração?

Sim. As vedações referem-se à acumulação de pensões por morte ou pensão e aposentadoria. Não há restrição ao recebimento conjunto de salário ou remuneração pelo trabalhador com a pensão por morte.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Um filho menor de idade cujos pais eram segurados poderá receber duas pensões por morte?

Sim. A vedação ao recebimento de duas pensões por morte alcança apenas o cônjuge ou companheiro do segurado falecido.

Haverá mudança na duração da pensão por morte?

Não. Serão mantidas as regras vigentes. O tempo de duração da pensão por morte e as condições de cessação de cada cota individual são estabelecidos conforme a idade do beneficiário na data de óbito do segurado, na forma da Lei de Benefícios do Regime Geral de Previdência Social.

Atualmente, para o cônjuge ou companheiro a duração da pensão por morte varia de acordo com a idade do pensionista da seguinte forma:

IDADE DO PENSIONISTA	DURAÇÃO DA PENSÃO
Menos de 21 anos	3 anos
21 a 26 anos	6 anos
27 a 29 anos	10 anos
30 a 40 anos	15 anos
41 a 43 anos	20 anos
44 anos ou mais	vitalícia

Como fica o Benefício Assistencial de Prestação Continuada - BPC?

O benefício assistencial será mantido para a pessoa com deficiência e para o idoso que atenda aos requisitos do programa. No caso do idoso, a idade para acesso ao benefício passará de 65 para 70 anos.

Essa alteração afetará a pessoa idosa que já possui 65 anos de idade?

Não. O critério etário não será alterado para os idosos que já possuírem 65 anos de idade na data de promulgação da Emenda.

Haverá uma regra de transição para a concessão do benefício assistencial ao idoso?

Sim. A progressão da idade de 65 para 70 anos será gradual, com o incremento de 1 ano de idade após o transcurso de 2 anos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS)

Os servidores públicos continuarão se aposentando pelo Regime Próprio (RPPS) ou todos passarão para o Regime Geral (RGPS)?

Os RPPS continuam existindo e sendo responsáveis pelos benefícios de aposentadoria e pensão por morte dos servidores públicos titulares de cargos efetivos (concursados admitidos pelo regime estatutário).

Permanecem vinculados ao RGPS, os seguintes grupos de agentes públicos: ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, admitidos para cargo temporário, os que exercem mandato eletivo e empregados públicos (concursados admitidos pelo regime celetista).

Além desses, também são segurados do RGPS os servidores públicos titulares de cargos efetivos dos Municípios que não tenham RPPS instituído.

Em que pontos as regras dos Regimes Próprios se igualaram às do Regime Geral?

As regras do RPPS e do RGPS passam a convergir entre si nos seguintes aspectos:

- Valor mínimo e máximo das remunerações de contribuição e de benefícios (a partir da instituição da previdência complementar).
- Idade mínima para aposentadoria.
- Tempo de contribuição mínimo para aposentadoria
- Forma de cálculo dos benefícios de aposentadoria e pensão.
- Forma de reajuste dos benefícios de aposentadoria e pensão.
- Regra de cálculo de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho.
- Hipóteses de aposentadorias especiais: deficientes e condições especiais que prejudiquem a saúde
- Aplicação das mesmas condições de dependência para pensão e tempo de duração desse benefício.

As alterações propostas trazem alguma mudança para o servidor que já implementou os requisitos para aposentadoria?

Não. Todos os direitos adquiridos serão preservados. O servidor que já implementou os requisitos poderá se aposentar pelas regras antigas quando entender conveniente.

Como ficam as regras de previdência complementar para o servidor?

A instituição do regime de previdência complementar e consequente fixação do limite máximo estabelecido para os benefícios do RGPS como teto dos benefícios a serem pagos por RPPS torna-se obrigatória, devendo ser cumprida pelos entes federativos no prazo máximo de 2 (dois) anos.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Além disso, foi retirada a exigência de que o regime de previdência complementar precise ser operado por entidade fechada de previdência complementar de natureza pública, com a finalidade de possibilitar uma maior concorrência entre instituições aptas a ofertar planos de benefícios aos entes federativos.

Porém, continua valendo a regra de que o limite do RGPS só alcança os servidores que ingressem no serviço público posteriormente à instituição do regime de previdência complementar ou que ingressaram anteriormente, mas fizeram essa opção.

Embora a adesão do servidor público na condição de participante do regime de previdência complementar seja facultativa, conforme previsto no art. 202 da Constituição, a incidência do limite máximo de benefícios do RGPS para os servidores que ingressarem depois da instituição da previdência complementar pelos entes federativos é obrigatória.

Os servidores amparados em RPPS poderão ter complementação de aposentadoria?

Todos os entes federativos que possuem Regime Próprio, inclusive Municípios, serão obrigados a instituir regime de previdência complementar para seus servidores e a limitar os benefícios do Regime Próprio ao teto de benefícios do Regime Geral, o que deverá ser atendido em até 2 (dois) anos.

A quais servidores se aplicarão as regras permanentes da Constituição Federal (art. 40)?

As regras permanentes serão aplicadas, de forma plena, aos servidores titulares de cargo efetivo dos entes que possuem RPPS, cujo ingresso no serviço público ocorra depois da instituição da previdência complementar ou que, tendo ingressado antes, optem por esse regime, e que tenham idade inferior a 50 anos (homem) ou 45 anos (mulher). Os servidores que tenham idades superiores a essas serão alcançados pela regra de transição, desde que cumpram todos os seus requisitos. Os servidores que não tenham atingido essas idades, mas cujo ingresso seja anterior à instituição da previdência complementar, estarão sujeitos ao art. 40, porém não terão seus benefícios limitados ao teto do RGPS.

A reforma muda as regras de contribuição dos servidores?

Sim, haverá mudança quanto às contribuições incidentes sobre proventos e pensões pois não haverá mais diferença na base de cálculo no caso de o beneficiário ser portador de doença incapacitante.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

APOSENTADORIAS

Quais as principais mudanças referentes à aposentadoria do servidor público vinculado a RPPS?

- Uniformização do tempo de contribuição e idade exigidos com a elevação da idade mínima para 65 anos
- Aplicação obrigatória do teto de benefícios do RGPS, a partir da instituição da previdência complementar, também obrigatória.
- Adoção de mesma regra de cálculo e reajustamento das aposentadorias do Regime Geral
- Vedação de acúmulo de aposentadoria com pensão por morte, por qualquer beneficiário
- Estabelecimento de regras de transição para os atuais segurados de RPPS que possuam idade igual ou superior a 50 anos (homens) ou 45 anos (mulheres)

O servidor que já implementou os requisitos para aposentadoria e começou a receber abono de permanência antes da reforma, poderá continuar trabalhando e ainda se aposentar nas regras antigas?

Sim. O servidor que já completou os requisitos para aposentadoria e que recebe abono de permanência tem direito à aposentadoria e a reforma não altera essa condição. O abono continuará sendo pago até que o servidor decida se aposentar ou até completar 75 anos de idade, quando será aposentado compulsoriamente. Ao servidor com direito adquirido, que completar a idade para aposentadoria compulsória serão garantidas as regras de cálculo para a aposentadoria voluntária.

Os Estados e Municípios ainda podem pagar abono de permanência?

Sim. Os entes federativos poderão estabelecer critérios para o pagamento do abono de permanência ao servidor público que completar as exigências para aposentadoria depois da reforma e que permanecer em atividade.

Acabou a aposentadoria por idade do servidor?

Com a reforma, passa a existir uma única modalidade de aposentadoria voluntária, que exigirá os requisitos de 65 anos de idade, 25 anos de contribuição, 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo efetivo, tanto para o homem como para a mulher. Ressalvam-se as aposentadorias especiais, que serão disciplinadas por leis complementares que estabelecerão a redução de no máximo 10 anos na idade e 5 anos no tempo e contribuição.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Todos os servidores em atividade terão direito à regra de transição para aposentadoria?

A regra de transição é assegurada somente para os servidores que tiverem a partir de 50 anos de idade (homem) ou 45 anos de idade (mulher).

Quais são os requisitos a serem cumpridos pelos servidores que puderem acessar a regra de transição?

A regra de transição apresenta os seguintes requisitos para aposentadoria: idade de 60 anos (homem) ou 55 anos (mulher); tempo de contribuição de 35 anos (homem) ou 30 anos (mulher); 20 anos de serviço público; 5 anos no cargo efetivo; período adicional de contribuição (pedágio) equivalente a 50% do tempo que na data da promulgação da Emenda faltar para atingir os 35/30 anos.

Algum benefício ainda será concedido com integralidade e paridade pelos RPPS?

Sim. As aposentadorias voluntárias dos servidores que se aposentarem com fundamento na nova regra de transição e que tenham ingressado em cargo efetivo no serviço público até 31/12/2003 serão concedidas com integralidade e paridade.

Acabou a aposentadoria integral nos RPPS?

Para os servidores que ingressarem no serviço público a partir da promulgação da reforma, sim.

Os servidores ainda podem receber aposentadoria acima do teto do RGPS?

Os servidores que tenham a partir de 50 anos (homem) ou 45 anos (mulher) e que cumprirem todas as exigências da regra de transição poderão receber aposentadoria não limitadas ao teto do RGPS, desde que o ingresso no serviço público seja anterior à instituição da previdência complementar ou que entraram antes da instituição e não aderiram ao regime complementar.

Como fica o valor das aposentadorias dos servidores dos Estados e Municípios que ainda não têm previdência complementar?

Enquanto o ente não instituir previdência complementar, para aqueles servidores que não se enquadram na nova regra de transição, o valor dos proventos corresponderá a 51% da média das remunerações de contribuição acrescidos de 1 ponto percentual para cada ano de contribuição considerado na concessão do benefício.

O reajuste das aposentadorias continua sendo igual ao dos servidores ativos?

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Não. Após a promulgação da reforma, e para os servidores que não se enquadrem nas regras de transição, os benefícios de aposentadoria serão reajustados para preservação de seu valor real, segundo os critérios estabelecidos para o RGPS. Somente na regra de transição será mantida a paridade de reajustamento com os servidores ativos, desde que o ingresso no serviço público tenha ocorrido até 31/12/2003.

Como ficam as regras para a aposentadoria por incapacidade?

Não haverá mais diferença de cálculo entre as aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho decorrentes de doença grave, contagiosa ou incurável e as decorrentes de outras doenças incapacitantes, mas apenas para as decorrentes exclusivamente de acidente do trabalho. Quando a incapacidade for decorrente de acidente do trabalho, os proventos serão correspondentes a 100% da média das remunerações.

O servidor não será aposentado por incapacidade permanente para o trabalho se puder ser submetido a processo de readaptação funcional para exercício de outro cargo.

As idades de 65 anos para aposentadoria voluntária e 75 anos para aposentadoria compulsória sofrerão alguma alteração futura?

A reforma estabelece um mecanismo de atualização automática dessas idades que terá como referência o aumento da expectativa de sobrevida da população brasileira aos 65 anos, conforme tabela para ambos os sexos apurada pelo IBGE.

Um servidor em cargo efetivo como segurado de RPPS e, além disso, com tempo de contribuição ao RGPS poderá receber aposentadoria nos dois regimes?

Sim pode, desde que sejam cumpridos os requisitos exigidos em ambos os regimes previdenciários.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

PENSÃO POR MORTE

Quais as principais mudanças referentes à pensão por morte de servidor público vinculado a RPPS com a reforma?

- Criação de sistema de cotas, com previsão de valor inicial de pensão diferenciado conforme o número de dependentes
- Desvinculação do valor do benefício ao salário-mínimo
- Adoção de mesma regra de cálculo e reajustamento do RGPS
- Vedação do acúmulo de duas pensões por morte, pelo beneficiário cônjuge ou companheiro, oriundas de qualquer regime previdenciário
- Harmonização do rol de dependentes e das condições de dependência entre todos os regimes de previdência
- Irreversibilidade das cotas individuais de pensão

As regras de pagamento de pensão por morte a dependentes de servidores que faleceram antes da reforma mudaram?

Não. É mantido o direito adquirido ao recebimento da pensão por morte segundo as regras vigentes. Apenas as pensões decorrentes de óbito ocorrido depois da promulgação da Emenda serão calculadas pelas novas regras.

Ainda é possível haver reversão de cotas entre beneficiários de pensão?

Se o óbito aconteceu antes da data de promulgação da Emenda as quotas de pensão continuarão a ser reversíveis, conforme a legislação.

Quais as mudanças ocorridas nas regras de cálculo da pensão por morte?

O valor básico do benefício da pensão será de 50% (cota familiar) dos proventos do servidor aposentado ou dos proventos a que teria direito o servidor ativo se estivesse aposentado por incapacidade permanente. Esse valor será acrescentado de 10 pontos percentuais (cota individual) para cada dependente, até o limite de 100%, e estará limitado ao limite máximo de benefícios do RGPS.

Então, o valor mínimo da pensão será de 60%, no caso de haver apenas um dependente e poderá chegar a 100% quando houver cinco ou mais dependentes. As cotas individuais de 10% da pensão serão extintas quando o beneficiário deixar de ser dependente (quando os filhos atingirem a idade limite para recebimento, por exemplo).

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

A pensão por morte de servidor que ingressou antes da instituição da previdência complementar e que venha a falecer depois da reforma estará limitada ao teto do RGPS?

Não. A PEC prevê, nesses casos, uma regra de transição, que acresce em 70% o valor de proventos ou remuneração recebidos na data do óbito que ultrapassem o limite máximo de benefícios do RGPS, respeitada a aplicação do novo sistema de cota familiar e cotas individuais na pensão.

Será possível acumular a pensão com outro benefício previdenciário?

Não haverá acúmulo com outro benefício previdenciário (aposentadoria ou pensão por morte). Contudo, será possível optar pelo benefício mais vantajoso.

A duração da pensão por morte continuará sendo vitalícia em qualquer situação?

Não. O tempo de duração da pensão por morte devida ao cônjuge passa a ser variável, conforme sua idade na data de óbito do servidor, aplicando-se a mesma regra implantada no RGPS.

IDADE DO CÔNJUGE	DURAÇÃO DA PENSÃO
Menos de 21 anos	3 anos
21 a 26 anos	6 anos
27 a 29 anos	10 anos
30 a 40 anos	15 anos
41 a 43 anos	20 anos
44 anos ou mais	vitalícia

O cônjuge ou companheiro que trabalha poderá receber pensão por morte de servidor falecido junto com sua remuneração?

Sim. As vedações referem-se à acumulação de pensões por morte ou pensão e aposentadoria. Não há restrição ao recebimento conjunto de salário ou remuneração pelo trabalhador ou servidor em atividade, com a pensão por morte.

Um filho menor de idade cujos pais eram servidores públicos poderá receber duas pensões por morte?

Sim, pode. A vedação ao recebimento de duas pensões por morte alcança apenas o cônjuge ou companheiro do servidor falecido.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

Produção de efeitos

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

§ 1º (Revogado).

§ 2º .....

§ 3º (Revogado)."(NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 76-A e 76-B:

"Art. 76-A. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Parágrafo único. Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput:

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

II - receitas que pertencem aos Municípios decorrentes de transferências previstas na Constituição Federal;

III - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

IV - demais transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei;

V - fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal."

"Art. 76-B. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Parágrafo único. Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput:

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

II - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

III - transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei;

IV - fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Brasília, em 8 de setembro de 2016.

Mesa da Câmara dos Deputados

Deputado Rodrigo Maia
Presidente

Deputado Waldir Maranhão
1º Vice-Presidente

Deputado Giacobo
2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur
1º Secretário

Deputado Felipe Bornier
2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli
3ª Secretária

Deputado Alex Canziani
4º Secretário

Mesa do Senado Federal

Senador Renan Calheiros
Presidente

Senador Jorge Viana
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves
1º Secretário

Senador Zeze Perrella
2º Secretário

Senador Gladson Cameli
3º Secretário

Senadora Ângela Portela
4ª Secretária

Este texto não substitui o publicado no DOU 9.9.2016 - Edição extra

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 93, DE 8 DE SETEMBRO DE 2016

Produção de efeitos

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para prorrogar a desvinculação de receitas da União e estabelecer a desvinculação de receitas dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) da arrecadação da União relativa às contribuições sociais, sem prejuízo do pagamento das despesas do Regime Geral da Previdência Social, às contribuições de intervenção no domínio econômico e às taxas, já instituídas ou que vierem a ser criadas até a referida data.

§ 1º (Revogado).

§ 2º .....

§ 3º (Revogado)."(NR)

Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido dos seguintes arts. 76-A e 76-B:

"Art. 76-A. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Parágrafo único. Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput:

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

II - receitas que pertencem aos Municípios decorrentes de transferências previstas na Constituição Federal;

III - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

IV - demais transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei;

V - fundos instituídos pelo Poder Judiciário, pelos Tribunais de Contas, pelo Ministério Público, pelas Defensorias Públicas e pelas Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal."

"Art. 76-B. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Municípios relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes.

Parágrafo único. Excetuam-se da desvinculação de que trata o caput:

I - recursos destinados ao financiamento das ações e serviços públicos de saúde e à manutenção e desenvolvimento do ensino de que tratam, respectivamente, os incisos II e III do § 2º do art. 198 e o art. 212 da Constituição Federal;

II - receitas de contribuições previdenciárias e de assistência à saúde dos servidores;

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

III - transferências obrigatórias e voluntárias entre entes da Federação com destinação especificada em lei;

IV - fundos instituídos pelo Tribunal de Contas do Município."

Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016.

Brasília, em 8 de setembro de 2016.

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado Rodrigo Maia Presidente	Senador Renan Calheiros Presidente
Deputado Waldir Maranhão 1º Vice-Presidente	Senador Jorge Viana 1º Vice-Presidente
Deputado Giacobo 2º Vice-Presidente	Senador Romero Jucá 2º Vice-Presidente
Deputado Beto Mansur 1º Secretário	Senador Vicentinho Alves 1º Secretário
Deputado Felipe Bornier 2º Secretário	Senador Zeze Perrella 2º Secretário
Deputada Mara Gabrilli 3ª Secretária	Senador Gladson Cameli 3º Secretário
Deputado Alex Canziani 4º Secretário	Senadora Ângela Portela 4ª Secretária

Este texto não substitui o publicado no DOU 9.9.2016 - Edição extra

*

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Luciana de Freitas Mourao

De: GABPRES
Enviado em: terça-feira, 31 de janeiro de 2017 11:20
Para: Luciana de Freitas Mourao
Assunto: ENC: ASSUNTO PARTICULAR

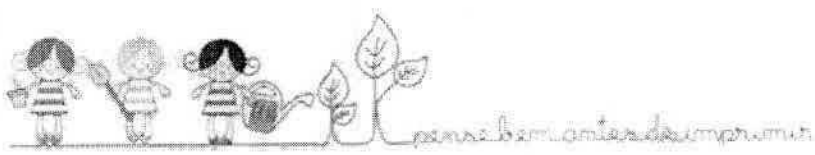
De: SERVENTIA EXTRAJUDICIAL de S.R. das Mangabeiras [mailto:serventia-mangabeiras@hotmail.com]
Enviada em: terça-feira, 31 de janeiro de 2017 11:09
Para: GABPRES <GABPRES@tcu.gov.br>
Assunto: ASSUNTO PARTICULAR

Excelentíssimo Ministro Raimundo Carreiro

Conforme combinado estou entrando em contato para que Sr. possa estar entrando em contato para que possa estar me posicionando sobre o assunto combinado. De já agradeço.

Att. Maria Alba Maia Correia

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DE S??O RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS-MA
CNPJ: 13.173.447/0001-04 - Tabeli??: Maria Alba Maia Correia
RUA TRAVESSA 15 DE NOVEMBRO N?? 25, CENTRO, S. R. DAS MANGABEIRAS ??? MA
CEP: 65.840-000, FONE: (99) 3532-1171 E-MAIL: serventia-mangabeiras@hotmail.com



Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

31/01/17 - Terça-feira

CLIPPING

Secretaria de Comunicação
(61) 3316-7210
secom@tcu.gov.br

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

TCU - Tribunal de Contas da Uniao Na Mídia

Terça-feira, 31 de janeiro de 2017

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Índice

Correio Braziliense | DF (Política - 31/01/2017)
Brasília-DF 5

Correio Braziliense | DF (Política - 31/01/2017)
Prisão de Eike leva a contratos do BNDES 7

Valor Econômico | SP (Brasil - 31/01/2017)
Dados mostram forte alta de gastos no ano passado 10

Valor Econômico | SP (Chamada de Capa - 31/01/2017)
Despesas da União tiveram aumento real 12

Valor Econômico | SP (Finanças - 31/01/2017)
Rumo inicia encontros em NY para captar até US$ 600 mi 13

A Gazeta ES | ES (Cidades - 31/01/2017)
Após 24 aditamentos, valor atualizado da obra é de R$ 197 milhões 15

A Tribuna do Espirito Santo | ES (Economia - 31/01/2017)
Rombo da União é o maior em 20 anos 17

Bem Paraná | PR (Opinião - 31/01/2017)
O Fies e o mercado da educação 19

Diário de Pernambuco - Impresso | PE (Economia - 31/01/2017)
Diario econômico 21

Folha de Pernambuco Impresso | PE (Política - 31/01/2017)
Crescimento apenas no lucro das instituições 23

Jornal de Brasília | DF (Do alto da torre - 31/01/2017)
DO ALTO DA TORRE 25

Jornal do Commércio de Pernambuco | PE (Social1 - 31/01/2017)
SOCIAL 1 28

O Estado do Maranhão | MA (- 31/01/2017)

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Bacabal deve ser comandada pelo vereador que foi eleito presidente da Câmara do Município 32

O Estado do Maranhão | MA (- 31/01/2017)
Maranhão escondeu do Tesouro R$ 100 milhões de déficit da Previdência 34

O Tempo | MG (Política - 31/01/2017)
Berzoini tem nova data de depoimento 36

Agência Senado | DF (- 30/01/2017)
Comissões permanentes elegerão novos presidentes 37

Época online | RJ (- 30/01/2017)
TCU transfere principais auditorias sobre a Petrobras para Brasília 38

G1.Globo | RJ (- 30/01/2017)
Jovem de 15 anos morre afogado em poço ao nadar com amigos no Gama, no DF 39

O Globo - Blogs | RJ (LauroJardim - 30/01/2017)
Ricardo Barros vai ao TCU pela nova sede da Anvisa 41

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Brasília-DF


BRASÍLIA-DF

A sala da Justiça ferve

Autor: por Denise Rothenburg
deniserothenburg.df@dabr.com.br

A sala da Justiça ferve

Ministros que integram a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal deflagram uma verdadeira campanha nos bastidores para que a definição do relator da Lava-Jato fique restrita ao colegiado. Isso porque ficaria muito mal para a imagem da Suprema Corte se a própria presidente da Casa, ministra Cármen Lúcia, procurasse dividir os magistrados entre aqueles que podem e os que não podem relatar um determinado processo. Afinal, dizem eles nos bastidores, são todos ministros, com os mesmos direitos e deveres.

Entre os integrantes da Suprema Corte, depois de homologada a delação da Odebrecht, há o receio de que a ministra Cármen Lúcia venha a diluir o poder e desgastar a imagem da Segunda Turma ao fazer o sorteio da relatoria entre todos os ministros do STF. Porém, ela agiu para evitar que o futuro relator fosse pressionado a homologar logo a delação. Entretanto, a partir de agora, seja quem for o responsável pela relatoria da Lava-Jato, será pressionado a levantar logo o sigilo do processo.

A tranquilidade de Eike

No mercado financeiro, circula a informação de que Eike Batista demorou alguns dias nos Estados Unidos para assegurar a proteção de parte de seu patrimônio, de forma a deixar tudo longe dos olhos dos investigadores. A cooperação internacional, porém, pode colocar esse plano abaixo.

Avisa lá...

O líder do PMDB, Baleia Rossi, ouviu do presidente Michel Temer que há outras formas de fazer valer a vontade do partido, sem necessariamente precisar formar bloco com o DEM de Rodrigo Maia.

...Que eu não vou

O PMDB precisa se lembrar que é governo e tem uma série de reformas importantes. Não dá para fazer inimigos na primeira batalha, no caso, a Presidência da Câmara.

Afasta de nós!

O presidente do Tribunal de Contas da União, Raimundo Carreiro, desistiu de nomear Daniel Maia para a secretaria responsável pelas rodovias e ferrovias. Daniel é ligado a Tiago Cedraz, alvo da

Lava-Jato. Tudo o que Carreiro deseja hoje é proteger a imagem do TCU. Já chegam aqueles

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

problemas que ele não tem como evitar.

Inspiração/ Uma vez que o Senado só deve terminar a eleição amanhã à noite e a Câmara só escolhe seu presidente na quinta-feira, o STF planeja aproveitar a janela dos cargos vazios na tarde desta quarta-feira para decidir que réu não pode assumir a Presidência da República. Segue assim o que sempre repetia o ex-vice-presidente da República Marco Maciel: 'Não vamos fulanizar'.

Quem pariu Matheus.../ Sempre que alguém pergunta a ministros e assessores palacianos sobre a delação do empresário Eike Batista, a resposta é a mesma: 'Quem sempre o elogiou é que deve estar preocupado.' Leia-se Lula, Dilma Rousseff, Sérgio Cabral e a turma da Agência Nacional do Petróleo na época em que Eike era endeusado.

Briga eterna I/ Embora conversem sobre projetos futuros, PMDB e PSDB mantêm as intrigas vivas. Os tucanos acusam os peemedebistas de fazer com eles o que o PT fazia com o PMDB: cedem um cargo, mas põem olheiros.

Briga eterna II/ Da parte do PMDB, há quem diga que os tucanos vão para o quarto ministério, e Aécio Neves (foto) tomará conta da área política no 4º andar do Planalto. Foi para acertar os ponteiros que Fernando Henrique Cardoso se encontrou com Michel Temer.

Grid de largada/ Rodrigo Maia ainda é considerado favorito na disputa pela Presidência da Câmara. Porém, com cinco candidatos, quem conhece a Casa considera difícil o atual presidente emplacar uma vitória no primeiro turno.

Repercussão: Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense - Impresso - Flip, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense - Impresso - Flip, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense - Impresso - Flip, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense, Correio Braziliense - Impresso - Flip, Correio Braziliense - Impresso - Flip, Correio Braziliense - Impresso - Flip, Correio Braziliense - Impresso - Flip, Correio Braziliense, Correio Braziliense

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Prisão de Eike leva a contratos do BNDES

Política

CRISE NA REPÚBLICA

Prisão de Eike leva a contratos do BNDES



Autor: PAULO DE TARSO LYRA EDUARDO MILITÃO

Com o megaempresário na cadeia, investigadores pretendem aprofundar a investigação sobre os financiamentos liberados a juros subsidiados pelo banco. Entre 2003 e 2014, empresas do grupo X captaram R$ 6 bilhões na instituição

Mais do que abalar o mundo político e personagens de diversos partidos, a prisão efetiva do empresário Eike Batista vai aprofundar uma linha de investigação que ainda é apenas tangenciada pela Lava-Jato: os financiamentos liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), com juros subsidiados, a diversas empresas durante os anos dos governos Lula e Dilma.

Entre 2003 e 2014, o BNDES disponibilizou R$ 10 bilhões para as empresas de Eike Batista. Deste montante, R$ 6 bilhões chegaram a ser efetivamente contratados — a única empresa da holding que não contraiu empréstimos foi a petrolífera OGX. Segundo a assessoria do banco, parte do montante chegou a ser quitado e uma outra parte foi assumida pelos novos controladores das empresas.

Por uma questão de sigilo bancário, o BNDES não pode especificar os nomes das empresas contratantes, o volume amortizado e os empreendimentos financiados com esses recursos. Com a prisão de Eike, parte da caixa-preta que manteve as operações do banco entre 2003 e 2014 sigilosas poderá ser levantada. Por enquanto, a equipe de investigadores da Lava-Jato, em Curitiba, concentrou-se em analisar dados e contratos da Petrobras com empreiteiras e outras agentes econômicos.

Mas Eike foi preso na Operação Eficiência, um desdobramento da Operação Calicute, que já mandou para a cadeia o ex-governador do Rio Sérgio Cabral. Essa linha investigatória é conduzida pelo juiz da 7ª Vara Federal Criminal do Rio, Marcelo Bretas. 'O BNDES está muito próximo da Petrobras, até mesmo fisicamente', alertou um especialista em mercado financeiro. 'Se essa tampa for aberta, de fato, a crise pode ser grande. Tem muita empresa que cresceu às custas dos juros amigos do BNDES', completou o analista.

Mesmo que de forma incipiente, a atuação do banco já estava na mira dos investigadores. Criada para financiar, muitas vezes com juros subsidiados, projetos estratégicos para o Brasil, a instituição acabou sendo usada para troca de favores questionáveis entre o setor público e o privado, na avaliação de policiais federais e procuradores ouvidos pelo Correio nos últimos meses.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

A Operação Lava-Jato descobriu, por exemplo, que a OSX e a empreiteira Mendes Júnior formaram um consórcio chamado Integra para construir duas plataformas de exploração do pré-sal em 2011. A Petrobras acertou pagar US$ 922 milhões (R$ 2,97 bilhões) às empresas. Na época, o consórcio repassou R$ 6 milhões para empresas ligadas a José Dirceu e seus assessores.

Além disso, a Mendes Júnior enviou outros R$ 7,39 milhões para a conta do operador do PMDB João Augusto Henriques, ligado à ala do partido na Câmara, como o ex-deputado Eduardo Cunha (RJ). Ambos estão presos.

Propinas

Outra faceta que a prisão de Eike deve ajudar a esclarecer por completo é a relação entre os negócios do empresário e os respectivos repasses aos beneficiários do mundo da política e do lobby partidário. Até o momento, os investigadores consideram que ele reluta em contar toda a verdade sobre o que sabe em relação aos casos apurados no Rio de Janeiro, São Paulo e mesmo em Brasília.

Em maio do ano passado, Eike apareceu no Ministério Público Federal em Curitiba e acusou o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega de lhe pedir R$ 5 milhões em 2012, repasse que se transformou, no fim, em US$ 2,35 milhões em uma conta no exterior do casal de marqueteiros do PT João e Mônica Santana. Mas o ex-bilionário só resolveu contar isso 18 dias depois que um ex-executivo dele o acusou de pagar propina a José Dirceu.

Apenas depois que Eike denunciou Mantega é que os investigadores da Lava-Jato no Rio descobriram as relações dele com o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB). O empresário tinha depositado R$ 1 milhão na conta do escritório da mulher do político, a advogada Adriana Ancelmo. Para justificar, disse que foi orientado pela Caixa Econômica a fazer isso. O banco nega.

'As alegações do representado Eike Batista caem por terra', avaliou o juiz Marcelo Bretas, ao ordenar sua prisão. 'Eike Batista não disse a verdade em seu depoimento perante o MPF, o que, confirmando as suspeitas iniciais, reforça a tese de seu maior envolvimento com a organização criminosa descrita,' completou o juiz.

A detenção de Eike também deixa diversos governos estaduais e ex-governadores apreensivos. As empresas do Grupo EBX tinham vários empreendimentos no Rio, como o complexo do Comperj e do Porto Açu. Mas também mantinham negócios no Maranhão, em Minas Gerais e no Pará, estados com marcante produção de gás natural, petróleo e minério de ferro.

Empréstimos com o banco público

Total de financiamentos aprovados pelo BNDES para os projetos do grupo EBX entre 2003 e 2014: R$ 10 bilhões

Desse total, foram desembolsados: R$ 6 bilhões

A EBX honrou os empréstimos, seja por meio de fianças bancárias, seja a partir de compromissos feitos pelos novos controladores dos empreendimentos

O total de empréstimos quitados, amortizados ou assumidos pelos novos controladores não podem ser divulgados por uma questão de sigilo bancário

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

As empresas EBX têm empreendimentos nos setores de infraestrutura, recursos naturais, setor imobiliário, tecnologia, entretenimento, esporte, mineração de ouro, catering aéreo e ferroviário

A Petrolífera OGX não recebeu financiamentos do BNDES

Critérios de avaliação

O ex-presidente do BNDES Luciano Coutinho nega as suspeitas. Ele sempre afirmou que todos os empréstimos foram feitos levando-se em conta uma avaliação estritamente técnica. Mas, tão logo a atual direção da instituição, comandada pela economista Maria Bastos Silva Marques, assumiu, foi feita uma consulta à **Advocacia-Geral da União (AGU)** para ver qual seria o posicionamento do banco na concessão de crédito às empresas investigadas.

Em nota, a assessoria do banco afirmou ao Correio que o parecer da **AGU** foi de que "a existência de investigação policial, procedimento administrativo ou processo judicial em desfavor de determinada pessoa jurídica (ou respectivos dirigentes) não é fato que por si só seja capaz de impedir a empresa de contratar com a administração pública".

No entanto, a existência de processo judicial contra a empresa deve ser considerada para que seja realizada "adequada classificação, provisionamento e garantia da transação financeira". A partir dessa orientação, o BNDES passou a reavaliar, caso a caso, o risco de crédito dos financiamentos a projetos de empresas envolvidas na Lava-Jato.

Ainda de acordo com a resposta oficial, o BNDES suspendeu os desembolsos de 25 operações contratadas para reavaliação sob novos critérios estabelecidos em outubro de 2016. Eles foram definidos levando em consideração recomendações da **AGU** e do **Tribunal de Contas da União (TCU)**.

Em 28 de dezembro, o banco retomou os desembolsos relativos ao contrato de financiamento às exportações de bens e serviços de engenharia destinados à construção, pela Construtora Queiroz Galvão, do Corredor Logístico que liga Puente San Juan I a Goascorán, em Honduras. O valor do contrato é de US$ 145 milhões, que correspondem a 66% do total, de US$ 220 milhões. "O BNDES reitera que colabora com autoridades e órgãos de controle, prestando todas as informações que sejam solicitadas". (PTL e EM)

Repercussão: Correio Braziliense - Impresso - Flip

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Dados mostram forte alta de gastos no ano passado


Brasil

Governo federal fecha 2016 com déficit primário recorde

Dados mostram forte alta de gastos no ano passado

BANCO ORIGINAL
SIMPLES

Por **Ribamar Oliveira** | Brasília

Os dados divulgados pelo Tesouro mostraram forte aumento dos gastos da União no ano passado, na comparação com 2015. O Tesouro comparou a despesa total de um ano com a de outro e encontrou alta nominal de 7,2% e queda real de 1,2%. Mas essa comparação simples pode induzir a erro.

O fato, que não foi destacado na apresentação, é que no ano em que Joaquim Levy administrou o Ministério da Fazenda, o governo foi obrigado a pagar um passivo de R$ 55,6 bilhões ao BNDES, ao Banco do Brasil, à Caixa Econômica Federal e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), por determinação do TCU, referente às chamadas "pedaladas fiscais".

Ou seja, essas não foram despesas de 2015, mas de anos anteriores, e, portanto, precisam ser excluídas da conta, quando for feita a comparação com 2016. Se a exclusão for realizada, o gasto total da União no primeiro ano do segundo mandato da ex-presidente Dilma Rousseff cairá de R$ 1,158 trilhão, anunciado ontem, para R$ 1,102 trilhão.

Em 2016, o governo foi obrigado também a pagar passivos acumulados em anos anteriores de duas naturezas. Um total de R$ 10 bilhões de despesas de exercícios anteriores, conhecidas na área técnica como DEA, como, por exemplo, tarifas bancárias e organismos internacionais. E uma parcela de R$ 1,95 bilhão do Auxílio Financeiro de Fomento às Exportações aos Estados exportadores. Assim, da despesa total de R$ 1,242 trilhão em 2016, deve-se deduzir cerca de R$ 11,95 bilhões. O total passaria a R$ 1,230 trilhão.

Com esses ajustes, a despesa total em 2016 (R$ 1,230 trilhão) apresentou crescimento nominal de 11,6% na comparação com o gasto total relativo a 2015. Houve, portanto, um aumento real, embora esse cálculo seja mais complicado, pois o Tesouro faz a correção dos gastos, mês a mês pelo IPCA, para obter valores a preços de dezembro de 2016.

Em síntese, houve aumento real das despesas em 2016, na comparação com o ano anterior e, como a economia continuou em recessão, o gasto também cresceu em proporção do PIB, provavelmente atingindo o nível mais elevado da história.

Mesmo sem excluir o pagamento dos passivos, os dados mostram aumento real das principais despesas obrigatórias. Os gastos com benefícios previdenciários, por exemplo, apresentaram crescimento real de 7,2%, de acordo com o Tesouro. A despesa com abono salarial e seguro-desemprego aumentaram 8,8%, em termos reais. Neste caso, a

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

explicação foi que o governo de Dilma Rousseff mudou a forma de pagamento do abono salarial em 2015, jogando metade do gasto para o ano seguinte.

O gasto com as despesas assistenciais (Lei Orgânica de Assistência Social) aumentou 5,9%, em termos reais. Já os gastos com pessoal tiveram queda real de 0,5%.

Até as despesas discricionárias, aquelas que o governo tem autonomia para não realizar, subiram muito em 2016, na comparação com 2015. Elas aumentaram 2,8%, em termos reais, em decorrência, principalmente, da decisão do governo de reduzir os restos a pagar de anos anteriores.

De qualquer forma, a despesa realizada em 2016 ficou R$ 8,2 bilhões abaixo do limite autorizado pelo último decreto de programação orçamentária e financeira. A receita, por sua vez, ficou R$ 3,6 bilhões acima do previsto. O resultado desses dois fatores foi um déficit primário inferior ao previsto, que era de R$ 167,7 bilhões.

Repercussão: Valor Econômico

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Despesas da União tiveram aumento real


Valor ECONÔMICO

Atuação de Trump contraria empresas e afeta mercados

Despesas da União tiveram aumento real

Planalto teme vazamento após homologações

Repercussão: Valor Econômico

Por **Ribamar Oliveira** | De Brasília

Os dados divulgados ontem pelo Tesouro mostraram forte aumento dos gastos da União no ano passado. O Tesouro comparou a despesa total de 2015 e 2016 e informou aumento nominal de 7,2% e queda real de 1,2%. Mas essa comparação simples pode induzir a erro.

Não foi destacado na apresentação do governo o fato de que, em 2015, a União foi obrigada a pagar um passivo de R$ 55,6 bilhões a BNDES, Banco do Brasil, Caixa e FGTS, por determinação do TCU, referente às chamadas "pedaladas fiscais". Essas despesas não foram de 2015 e sim de anos anteriores e deveriam ser excluídas da comparação. Se a exclusão for feita, junto com outros ajustes, a despesa total de 2016 (R$ 1,23 trilhão) apresentou um crescimento nominal de 11,6% na comparação com 2015. Houve, portanto, aumento real muito acima da inflação.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Rumo inicia encontros em NY para captar até US$ 600 mi


Finanças

Autoridade defende 'banco ruim' na UE

Rumo inicia encontros em NY para captar até US$ 600 mi

Valor Análise Setorial

CMN define cinco categorias de

Autor: Fernanda Pires e Ivo Ribeiro

A concessionária de transporte ferroviário Rumo inicia hoje, em Nova York, uma rodada de encontros com investidores internacionais com o objetivo de fazer uma emissão para captar entre US$ 500 milhões e US$ 600 milhões.

Conforme o Valor apurou, esse montante vai reforçar a estrutura de capital do investimento de R$ 4,7 bilhões que a Rumo pretende fazer em uma de suas ferrovias, a Malha Paulista. As conversas com os investidores devem levar alguns dias e ocorrerão nos Estados Unidos e na Europa.

O restante do investimento deve vir de duas fontes: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de um empréstimo de R$ 3,5 bilhões, e da geração de caixa da companhia.

No ano passado, para se estruturar financeiramente, a empresa fez um aumento de capital de capital de R$ 2,6 bilhões e um alongamento da dívida de quase R$ 3 bilhões com vários bancos.

Os R$ 4,7 bilhões integram um caderno de obrigações que a Rumo tem de cumprir para ter o prazo do contrato de concessão - que vence em 2028 - prorrogado antecipadamente por mais 30 anos.

O montante seria investido ato contínuo à autorização, concentrando-se até 2023, para modernizar a Malha Paulista, duplicando a capacidade de transporte de 35 milhões para 75 milhões de toneladas/ano. O investimento também busca melhorar os índices de produtividade.

A Malha Paulista corta o Estado de São Paulo até desaguar no porto de Santos, onde a Rumo tem um complexo portuário de 11 armazéns e dois berços de atracação.

A Malha Paulista integra o chamado "corredor Norte" da Rumo, responsável pelo trajeto entre Rondonópolis (MT) e o cais santista - o principal fluxo ferroviário do Agronegócio. Esse corredor responde por quase 50% da tonelagem transportada pela Rumo.

Na semana passada, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) promoveu duas audiências públicas presenciais para debater os termos da prorrogação. A assinatura do aditivo dependerá de dois aspectos: o tempo que a agência levará para responder às consultas (o período para envio de contribuições termina no dia 3 de fevereiro) e a avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU). Estima-se, contudo, que a assinatura do aditivo ocorra ainda neste semestre. Procurada, a Rumo não se

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

manifestou sobre o assunto.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Após 24 aditamentos, valor atualizado da obra é de R$ 197 milhões



Economia. 2B

NOVA SEDE DO TRT CUSTARÁ R$ 89 MILHÕES A MAIS

Após 24 aditamentos, valor atualizado da obra é de R$ 197 milhões

Autor: RAFAEL DE BARROS

A obra da nova sede do Tribunal Regional do Trabalho do Espírito Santo (TRT-ES), na Enseada do Suá, em Vitória, deve ser entregue somente em 2021. Depois de 24 aditamentos, o valor atualizado da construção é de R$ 197,7 milhões, ou seja, R$ 89 milhões a mais do que o valor inicial previsto. O aumento, segundo o órgão, é por conta de correções de erros no projeto e na execução dos serviços e de defasagem em relação à inflação .A obra se arrasta desde 2011.

O último prazo aprovado prevê a conclusão da 3ª etapa da nova sede do TRT-ES em 16 de janeiro de 2019. No entanto, o tribunal já prevê que a obra pode seguir até 2021 caso a disponibilização orçamentária para o tribunal se mantenha no patamar de 2017. Até agora, 33% da construção foram concluídos.

A última alteração no contrato aconteceu para a contratação de serviços necessários para atender a mudanças do projeto de infraestrutura, por conta de erros encontrados na fundação original, segundo o TRT-ES. Com isso, os serviços contratados no 24º aditamento somam R$ 6 milhões. Em entrevista à Rádio CBN Vitória, o presidente do tribunal, desembargador Mário Ribeiro Cantarino Neto, alegou que o valor da obra ficou maior por conta decorre ções s inflacionárias e de erros na própria obra.

'Houve um problema de fundação que teve que ser abandonada e foi feita uma nova fundação. Isso tudo foi tratado junto ao **Tribunal de Contas da União (TCU)**. Também aconteceu uma mudança nas empresas que participaram dessa atividade, mas isso é uma fase que já foi ultrapassada', disse.

PREJUÍZO

O tribunal aponta erros no projeto da fundação do prédio, feito pela empresa NBC Arquitetura e Construções, e também na execução dessa etapa da obra, que ficou a cargo da Delta Construções. O prejuízo total acumulado com os erros identificados soma R$ 15 milhões. Esse valor é referente à necessidade de descarte da fundação executada anteriormente e demais custos para sanar o problema, como contratação de perícia, sondagens e novo projeto.

A NBC Arquitetura e Construções ea Delta Construções foram procuradas pela reportagem. A Delta não respondeu ao e-mail encaminhado. Já a NBC disponibilizou o telefone celular do

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

arquiteto responsável pelo projeto. As ligações não foram atendidas. De acordo coma empresa, o arquiteto está viajando.

Obra:defasagem com a inflação
Segundo o TRT, há diversos fatores que contribuem para o aumento de valor da obra, que começou em R$ 108 milhões e, agora, é estimada em R$ 197,7 milhões. Além das contratações adicionais para complementar falhas ou omissões de projeto, o preço da obra sofre defa-sagem com a inflação, alega o tribunal.

ENTENDA A NOVELA
ANDAMENTO DA OBRA

Início

Iniciada em 2010, a obra da sede do TRT foi dividida em três etapas: projeto de engenharia e arquitetura; as fundações; e a construção do prédio, que ficaria com a construtora Paulo Octávio por R$ 108,5 milhões. A obra representaria uma economia para a União, já que a Justiça do Trabalho desocuparia cinco prédios em que atua na Grande Vitória.

Paralisação

Em maio de 2011, a Paulo Octávio instalou o canteiro de obras, mas a construção não foi iniciada por falhas na fundação. O TRT paralisou a obra em outubro de 2012 e fez perícia que custou R$ 300 mil. Os trabalhos foram retomados em julho de 2014.

Atraso

Três anos após o início das obras, a nova sede ainda não havia saído do chão, sendo que o prazo para término dos serviços era setembro 2014. t Andamento Em setembro de 2016, o TRT disse que a obra tinha atingido 32% de sua execução e estava concluindo o oitavo pavimento da Torre do Fórum, que terá, ao todo, dez andares. No outro prédio, que vai abrigar os setores administrativos, já havia sido concluída a estrutura de sete dos 18 andares.

Hoje

É anunciado que a obra da nova sede do TRT-ES deve ser entregue em 2021. Depois de 24 aditamentos, o valor atualizado da construção é de R$ 197,7 milhões:R$ 89 milhões a mais que o valor inicial previsto.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Rombo da União é o maior em 20 anos


Rombo da União é o maior em 20 anos

COLUNA DO SERVIDOR

PEC proíbe parcelar salários

Contas do governo central

Apontadas falhas em dados da previdência estadual

Minas fecha 2016 com as contas no vermelho

Despesas superaram as receitas em R$ 154,3 bi em 2016, resultado que, embora negativo, ficou dentro da meta da equipe econômica

BRASÍLIA

Com a recessão e a queda na arrecadação, as contas do governo tiveram piora em 2016, com rombo recorde de R$ 154,3 bilhões, o equivalente a 2,4% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo informou ontem a Secretaria do Tesouro Nacional.

Isso significa que as despesas do governo federal no ano passado superaram as receitas (impostos e tributos) em R$ 154,25 bilhões.

Apesar de ter sido o terceiro resultado negativo seguido e o maior em 20 anos (a série histórica do Tesouro começa em 1997), o déficit de 2016 ficou abaixo da meta do governo para o ano, que era de um rombo de até R$ 170,5 bilhões.

O resultado está compatível com a meta fiscal proposta pela equipe econômica do presidente Michel Temer, depois aprovada pelo Congresso, que é de déficit fiscal de até R$ 170,5 bilhões em 2016.

Portanto, a meta fiscal de 2016 foi cumprida. "O teto de gastos agora vai permitir ao Brasil voltar gradualmente a produzir superá-vits primários", disse o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

O governo recebeu ajuda para cumprir a meta: a receita extra de R$ 46,8 bilhões da chamada repa-triação, que permitiu a brasileiros regularizarem bens no exterior não declarados à Receita.

Segundo a secretária do Tesouro Nacional, Ana Paula Vescovi, o governo teria cumprido a meta fiscal do ano passado mesmo sem essa receita extraordinária.

Apontadas falhas em dados da previdência estadual

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou uma auditoria na previdência de 22 estados e Distrito Federa] e constatou que a maioria deles não apresentou aos tribunais de contas estaduais informações completas sobre os dados de servidores ativos, inativos e pensionistas.

Pelos levantamentos, o Espírito Santo aparece com um déficit de R$ 1,6 bilhão mas, segundo o TCU, esse valor pode ser maior, pois sem os

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

dados básicos não é possível ter a real dimensão do rombo.

Em nota, o Tribunal de Contas do Estado (TCE-ES) informou que o levantamento das informações apontou inconsistências na base de dados da previdência, e que a mesma conclusão já foi apontada em 2015.

Segundo o TCE-ES, à época, foi dada determinação para que o Instituto de Previdência dos Senadores Públicos do Estado (IPAJM) realize a implementação efetiva de uma gestão atuarial do ES-Previdência, com vistas a mitigar os riscos de uma gestão previdenciária com base em dados não consolidados, ocasionando uma mensura-ção e evidenciação inadequada do equilíbrio financeiro e atuarial.

O secretário de Estado da Economia e Planejamento, Regis Mattos Teixeira, disse que todos os dados solicitados pelo TCU foram repassados. "Os dados da previdência estadual são publicados com regularidade por meio de canais como o Diário Oficial", disse.

Minas fecha 2016 com as contas no vermelho

BELO HORIZONTE

O governo de Minas anunciou ontem déficit de R$ 4,16 bi em 2016. O estado também ultrapassou em 0,29% o limite de gastos com pessoa] definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e fechou o ano com despesa de R$ 88,13 bi — alta de 3,5% em relação a 2015.

O crescimento abaixo da inflação foi possível, segundo o governo, com cortes em custeio, investimentos e contingenciamento de R$ 1,7 bi. Minas arrecadou R$ 84 bi em 2016, o que representa aumento de 10% em relação a 2015. Uma das estratégias foi intensificar a fiscalização de contribuintes.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

O Fies e o mercado da educação

Autor: Hélio Duque

Esperteza é habilidade maliciosa, onde a astúcia prevalece na conquista dos seus objetivos. Na edição nº 2.514 (25-1-2017), a revista Veja, por título 'Virou Farra', assinado pela jornalista Fernanda Allegretti, retrata realidade que deveria merecer profundas investigações pelas autoridades responsáveis pela educação brasileira. Comprova que o programa Fundo de Financimento Estudantil (Fies) vem criando, de maneira badernosa, gigantescas corporações de ensino superior, guiadas em mares nunca d'antes navegado. A grande vítima é o dinheiro público e os jovens estudantes que dependem da ajuda financeira do programa oficial. Denuncia que o Fies transformou-se em um programa sem transparência, assegurando boa vida aos monopolizadores do ensino, onde a ganância se vale de artifícios para garantir lucros na escala de bilhões de reais.

Quantificadamente, em 2017, atenderia 2 milhões de universitários a um custo de 21 bilhões de reais. Educação não pode ser tratada como commodities, ou seja, produto que funciona como matéria prima produzida em escala. O Fies, nos seus financiamentos estudantis, garante que o comtemplado não deverá desembolsar nenhum valor durante o curso, mas, de maneira solerte, cobranças 'extras' são acrescidas mensalmente, sob alegação de o valor pago pelo governo federal não cobrir as despesas do curso. Aquela publicação destaca: 'Enquanto lesam os alunos, as instituições ganham muito dinheiro. As universidades brasileiras estão longe do topo do ranking de excelência, mas é aqui que está instalado o maior grupo do mundo nesse setor em valor de mercado: o Kroton é uma potência avaliada em 24 bilhões de reais. Nos últimos anos cresceu à sombra do Fies.'

E prossegue: 'Hoje, seus 120 campus espalhados pelo território nacional, do Amapá ao Rio Grande do Sul, atendem 1 milhão de estudantes de ensino superior, mais da metade financiado pelo Fies. No ano passado, o grupo recebeu 2,5 bilhões de reais'. E destaca: 'O **Tribunal de Contas da União**, em uma auditoria de 23 de novembro de 2016, compara o lucro líquido dos quatro maiores grupos educacionais do país entre 2010 e 2015, o período de maior expansão do Fies. O Kroton disparou em crescimento de 22.130%, bem acima dos demais – Anima, 820%; Estácio Participações, 565% e Ser Educacional, 483%.'

A cobrança de preços diferenciados é sempre mais alta para os alunos financiados pelo dinheiro público. Fica patente entre quem paga com recursos próprios em um curso de engenharia mecânica em Minas Gerais, o valor é de 769 reais. Enquanto no Fies, o aluno pagará 1.501. Um superfaturamento de fazer ladrão grego corar de vergonha. Ao mesmo tempo em que rasga o Código do Consumidor que define que não se pode cobrar preços diferenciados para um mesmo serviço.

De acordo com a publicação, o site da Kroton anuncia que o Fies é mais rentável para os alunos: 'A taxa de juros é baixa que vale a pena contratar, mesmo que você tenha dinheiro para pagar o curso. Se você colocar na poupança o dinheiro que iria usar para pagar a faculdade, acaba tendo lucro'. Fato determinante para a redução de matrículas dos estudantes que, podendo ser responsável direto pelo pagamento da anuidade, optaram pelo financiamento do Fies. A concessão de crédito, de maneira

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

indiscriminada, operou e vem operando no enriquecimento frenético dos grupos econômicos que enxergaram no setor educacional uma maneira fácil de multiplicar os seus lucros. Levando a **Ministra Ana Arraes**, do **Tribunal de Contas da União** a qualificar a gestão do Fies como verdadeiro descalabro, destacadamente entre 2010 e 2015.

O Ministério da Educação é o grande responsável pelo carnaval de irresponsabilidades e farra com o dinheiro público, desvirtuando um programa de grande mérito na sua origem. Muito bem destacado pela jornalista Fernanda Allegretti, na sua histórica matéria: 'É uma pena, mas o que nasceu como excelente idéia, e tanto ajudou jovens desfavorecidos a abrir as portas da universidade, acabou com dois resultados visíveis e opostos: é um grande negócio para universidade privadas e uma grande dívida para jovens recém-formados'.

Hélio Duque é doutor em Ciências, área econômica, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Foi Deputado Federal (1978-1991)

Repercussão: Bem Paraná - Impresso - Flip

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Diario econômico


ECONOMIA

Brasileiros terão leve melhora nos salários

Autor: Bruna Siqueira Campos

Só muda o personagem

As margens do Rio São Francisco viraram o principal palanque do governo federal em solo nordestino. Foi em Cabrobó, no Sertão, que a então presidente Dilma se defendeu, em maio passado, de um processo de impeachment em curso. Ali, prometeu que voltaria a Pernambuco para entregar a emblemática obra de infraestrutura hídrica na companhia do ex-presidente Lula, que deu o pontapé na Transposição. O momento que dividiria com seu padrinho político foi classificado como histórico: afinal, levar as águas do Velho Chico a centenas de cidades desabastecidas do Nordeste é uma ideia de mais de 150 anos. Ideia esta que custará R$ 8,2 bilhões em recursos federais. Os alertas de sobrepreço do Tribunal de Contas da União (TCU) até hoje não fizeram o projeto, iniciado em 2007, sair da vitrine. A fórmula tem dado certo e voltou a ser repetida ontem, na terceira visita do presidente Michel Temer à região. O peemedebista tem um quadro relevante de ministros nordestinos (só do estado, são cinco), mas ainda não consegue explorar esse capital político a contento. No município de Floresta, acionou a terceira estação de bombeamento do Eixo Leste e prometeu R$ 40,4 milhões para o início do Ramal do Agreste, projeto considerado estratégico pelo governo pernambucano. No apagar das luzes de 2016, quase 60 municípios do estado encontravam-se em situação de emergência devido à seca. Mas as obras da Transposição prometem tirar 12 milhões de pessoas do sufoco - e entregar esse projeto ajudará, sem dúvida, a pavimentar o caminho para a árdua campanha de 2018.

Dinheiro demais

Em entrevista a uma rádio local, o vice-governador Raul Henry, que agora acumula a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, afirmou que anda preocupado com a 'confusão' entre o empresário Benjamin Steinbruch, dono da CSN, e o BNDES. A empresa toca a construção da Ferrovia Transnordestina, mas o TCU recomendou na última semana a suspensão de novos repasses à obra.

Disputa regional

A preocupação de Raul diz respeito à queda de braço que deve acontecer entre Pernambuco e Ceará. Ele explicou: o ramal que ligará a ferrovia a Suape está orçado em cerca de R$ 1,9 bilhão e tem mais de 300 km. Já o que segue até Pecém deve custar R$ 2,1 bi ao todo, com algo em torno de 400 km. Um dos dois deve ser priorizado, o que deve motivar uma verdadeira 'luta política'.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

'Lei irracional'

Raul disse que há um grupo de trabalho no Ministério dos Transportes que estuda devolver a autonomia de portos públicos lucrativos, tais quais Suape, Paranaguá (PR) e Itaqui (MA). Poder tocar suas **Licitações** é uma das principais demandas do estado desde que foi sancionada a Lei dos Portos, em 2013. O pedido foi reforçado por ele e pelo governador Paulo Câmara, há três meses, em almoço com Temer: 'É uma lei absolutamente irracional'.

Eike mobiliza

O atual protagonista da Lava-Jato, Eike Batista, virou ex-bilionário em meio a um castelo de areia. Mas ainda assim foi para Bangu 9 sendo chamado de Steve Jobs do Brasil pelo jornal Le Monde. Também mobiliza fãs por aqui: o advogado Antonildo Oliveira, de Caruaru, entrou com pedido de habeas corpus sem sequer conhecê-lo.

Fraude financeira

Mais uma máfia envolvendo empréstimos consignados foi desvendada. Segundo o Ministério Público Federal em Pernambuco, duas entidades arrecadaram mais de R$ 11 milhões, de 2010 a 2014, com vendas de seguros de vida ilícitos e empréstimos com juros exorbitantes para servidores públicos de 15 estados. A fraude era cometida pelas seguintes entidades: Asplub e Casplub.

Corda no pescoço

O Idec traz um dado alarmante sobre os endividados. Dentre 53,6% das pessoas com dívidas que já tentaram negociar com os maiores bancos do país, mais de 60% fracassaram. Os clientes não conseguem prazo, as renegociações só são feitas depois do atraso ou as dívidas são transferidas para outras empresas.

Repercussão: Diário de Pernambuco - Impresso

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Crescimento apenas no lucro das instituições


Crescimento apenas no lucro das instituições

À espera do sim ou não de Aline

Favoritismo não vingou

Governador reúne-se com deputados

Ativistas centram fogo em Michele

Autor: CAROL BRITO

Grupo Kroton chegou a incentivar alunos com condições a contratar o Fundo

Criado para ampliar o acesso dos estudantes carentes ao ensino superior, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) teve um crescimento exponencial no seu orçamento nos últimos anos, mas isso não representou um aumento do número de novos alunos nas unidades privadas. É o que demonstra relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), que aponta indícios de ineficácia do programa como política pública de acesso à educação. Entre 2009 e 2014, o investimento no programa aumentou de R$ 1,3 milhão para R$ 12,5 milhões. No entanto, no mesmo período, foram realizadas somente 900 mil novas matrículas na rede privada, ao passo que no Fies foram concedidos, no mesmo período, mais de 1,9 milhão de financiamentos. Ou seja, uma diferença de cerca de 1 milhão, o que indica um crescimento artificial do programa.

Em 2014, quando o fundo atingiu um dos seus maiores auges de investimento, houve acréscimo de apenas 290 mil matrículas na rede privada, mas foram concedidos mais de 732 mil novos financiamentos. Para o Tribunal de Contas da União, a causa do forte crescimento do Fies não se reverter em aumento nas taxas de novas matrículas na rede privada é o fato de estudantes que já estavam matriculados em instituições pagas e que até então não utilizavam o financiamento terem aderido ao programa. Ou seja, pessoas que podiam arcar com os custos e não dependiam de financiamento público para concluir a universidade aderiram ao programa.

Um movimento que teria sido, inclusive, estimulado pelas próprias redes de ensino. No relatório do órgão de contas, é apresentada uma publicação do site da Faculdade Anhanguera, do .grupo Kroton, que chegava a incentivar que alunos contratassem o Fies mesmo que eles tivessem condições de arcar com as despesas do curso.

Segundo a publicação, "a taxa de juros é tão baixa que vale a pena contratar". O conglomerado foi o que mais cresceu na onda de expansão das unidades de ensino privadas, embalada pelos volumosos recursos do orçamento do Fies. O Kroton chegou a crescer

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

22.130%, a Estácio (565,1%), o Ser Educacional (483,2%) e 0 Anima (819,7%) em 2015. Paralelamente, a proporção de alunos nas universidades vinculados ao Fies também aumento u n 0 p erí odo: Kroton (60% dos estudantes no Fies), Estácio (42,3%), Ser Educacional (47,5%) e Anima (48,3%).

FOLHA RESUME

Relatório produzido pelo **TCU** mostra que o esquema criado em torno do Fies seguia uma lógica "própria": ao contrário do que se pensava, o Fundo não democratizou o ensino, possibilitando o acesso de mais pessoas carentes à universidade. Muitas pessoas que podiam pagar os estudos foram incentivadas a utilizá-lo. O que na prática garantiu, principalmente, que as universidades tivessem o recebimento garantido.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

DO ALTO DA TORRE



Conselhos parlamentares para o Buriti

Coordenador da bancada do Distrito Federal no Congresso Nacional, o tucano Izalci Lucas reúne hoje pela manhã, na casa dele no Lago Sul, não apenas os senadores e deputados federais brasilienses, mas também os deputados distritais. Já confirmaram presença o presidente da Câmara, Joe Valle (PDT), e 23 outros parlamentares. A proposta é criar um conselho de perfil consultivo, não deliberativo, para abrir espaços ao governador Rodrigo Rollemberg. Será composto basicamente por um senador, dois deputados federais e três distritais, mas haverá abertura para outras inclusões. Deverá reunir-se com o governador quinzenalmente ou mensalmente. Isso será acertado após o encontro de hoje, quando as bancadas procurarem Rollemberg para expor a proposta.

Começar pela água

Izalci proporá aos senadores e deputados cinco linhas básicas de ação para o conselho. A primeira, claro, se referirá ao problema emergencial da água. O deputado tucano acredita que a bancada federal poderá ser muito útil ao Buriti ao mediar uma solução que destrave as obras de Corumbá IV, facilitando a transposição de água para o Distrito Federal.

Desenvolvimento local

Outro item da proposta é inserir no Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília (PPCub) e, principalmente, na Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) a determinação de que se reserve, em todas as cidades do Distrito Federal, um espaço para instalação de polos de desenvolvimento como forma de criar empregos na própria região. Também consta da lista de Izalci a regularização de terras, em especial as da União, usando, para isso, a expertise que as Forças Armadas vêm desenvolvendo. O deputado propõe ainda uma negociação com o **Tribunal de Contas da União** para destravar recursos do Fundo Constitucional que não puderam ser liberados por conta de projetos. Pelas contas de Izalci, o dinheiro parado chega a R$ 1 bilhão.

Transporte na mira

Enfim, o conselho parlamentar deverá se debruçar sobre a crise dos transportes. Izalci está convencido de que é indispensável rever a forma de remuneração do setor, que acumula distorções. A Câmara Legislativa tem examinado essa questão. Izalci acredita que se

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

poderá chegar à necessidade de rever todos os contratos com o setor, inclusive na forma da Licitação ocorrida no governo passado.

Cidade inteligente

Thiago Jarjour, secretário adjunto do Trabalho no DF, está em São Paulo, onde participa da Campus Party, um dos maiores eventos de tecnologia, empreendedorismo e inovação do mundo. Sexta-feira, ele faz palestra sobre "ações para tornar uma cidade inteligente e humana", dentro do Fórum Cidades Inteligentes e Humanas. O adjunto faz questão de avisar que vai aproveitar as férias para ir ao evento e que todos os custos serão pagos com recursos próprios.

Revezamento

Seguindo a ordem de revezamento de liderança na bancada do PT, o deputado Ricardo Vale assume o posto pelos próximos 12 meses. Ao classificar a missão como "desafio importante", ele diz esperar trazer a militância do PT e a sociedade para as discussões importantes da Câmara Legislativa. "A Liderança do PT é um espaço de diálogo e ações em prol do DF", disse, ao assumir o posto.

Reforma da previdência na gestão Rollemberg

O polêmico projeto de reforma da previdência dos servidores do GDF em gestação no governo Rollemberg só tem um caminho para o parto. A proposta só irá adiante se o governo de Michel Temer (PMDB) conseguir emplacar a reforma no patamar federal. Se o Congresso Nacional não topar essa briga, o Palácio do Buriti também não o fará. Agora, caso o Palácio do Planalto logre êxito, as categorias brasilienses podem se preparar a discussão de mudanças. Algumas necessárias, outras questionáveis, mas todas serão sem dúvida indigestas.

Dilema

A cúpula do GDF vive um dilema. A reforma administrativa já deveria ter saído do papel. Rollemberg puxou o freio de mão em função da derrota na eleição da Mesa Diretora da Câmara Legislativa. A duvida agora é se a dança das cadeiras acontece nas próximas semanas ou se vale pena esperar mais, por um motivo: as eleições das comissões da Casa. Se reestruturação acontecer nos próximos dias, pode levantar o questionamento que ela também serviu como moeda de troca em busca de apoios na definição dos controles das comissões. Caso o GDF espere por muito tempo, a reformulação pode perder o timing para atingir os resultados necessários a tempo para 2018.

Pé direito

O coordenador do grupo de trabalho especial da Câmara sobre a crise hídrica, deputado distrital Chico Leite (Rede) está satisfeito com o começo das reuniões com o governo e especialistas. "Todos estão dispostos a encontrar soluções. Neste momento, não estamos preocupados em culpar A, B ou C. Queremos elaborar propostas de curto, médio e longo prazo para superar a falta de água", resumiu o parlamentar. Por exemplo, a curto prazo uma das preocupações é a produção de novas ferramentas contra canais irregulares de captação de água. A longo prazo, o distrital quer reforçar a lutra contra invasões nos arredores de mananciais.

Escalonamento de punições e incentivos

Chico Leite pretende propor o escalonamento das punições de quem não economizar água e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

dos incentivos dos contribuintes que conseguirem poupar os reservatórios. Segundo o deputado, hoje a sobretaxa atinge quem abusa com consumo acima de 10 mil litros cúbicos, não fazendo distinção do cidadão que consome 50 mil litros cúbicos. Para o parlamentar, o aumento da cobrança é fundamental e pedagógico. Por outro lado, também é necessário e justo incentivar os brasilienses que se esforçam para ajudar a comunidade. Leite quer redigir uma proposta que beneficie quem tem consciência da importância da economia de água.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

SOCIAL 1



"Vocês que

fazem parte dessa massa"...

Foi ao som de Admirável Gado Novo, de Zé Ramalho, que se iniciou o ato do presidente Michel Temer, ontem, pela manhã, no Sertão. Mais um na região. Desta vez, a organização deixou peões e engenheiros responsáveis pela obra participarem do evento, para evitar a crítica da vez passada, de que "faltou gente". Respondeu a perguntas e elogiou a presidente do STF, Cármen Lúcia, por ter homologado as delações: "Ela fez o que deveria fazer, e fez com maestria".

E diz o quê?

Temer deu uma de John Travolta ao ser indagado sobre o novo golpe, numa referência ao que falou a ex-presidente Dilma Rousseff. Abriu os braços, balançou e disse: "Eu não tenho o que responder a essa pergunta".

Tem resposta?

Em resposta à pergunta de Jamildo Melo sobre a Transnordestina (o TCU, mais uma vez, mandou suspender as obras), Temer tergiversou: "Vários ministros estudam o assunto..."

Protesto 1

O discurso de Meryl contra Trump, no Globo de Ouro, foi só o começo. No SAG Awards, domingo, Jocelyn Towne e Symon Helberg, da série The Big Bang Theory, escreveram: "Refugiados são bem-vindos. Deixe-os entrar". Viralizou.

Protesto 2

A atriz iraniana Taraneh Alidoosti, de O Apartamento, indicado a Filme Estrangeiro, escreveu no IG que não vai ao Oscar. "A iniciativa de Trump de banir vistos para iranianos e outros é uma ação racista e inaceitável."

Primeiro DVD

Nena Queiroga lança o DVD Pernambuco Para o Mundo, dia 9, às 19h, no Paço Alfândega. Gravado em 2014, o trabalho tem participações de nomes como Ivete Sangalo, Maria Gadu, Luiza Possi, Lenine e Elba Ramalho.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Delações

Tom Zé lançou música, este final de semana, com tema político. Fala sobre as delações premiadas e cobra agilidade na operação que investiga os esquemas de Corrupção. O refrão da canção diz "Homologa esse cascalho".

Parceria

A designer Juana Moura lança, na quinta, sua coleção de acessórios para o Carnaval, em parceria com o estilista Walério Araújo. O auê está marcado para as 18h, no seu espaço no Parnamirim.

Frevo é hit

Marrom Brasileiro se impressionou com a força do frevo no interior da Bahia. Conta que numa festa, em Feira de Santana, o público se jogou nas músicas. Ainda recebeu cumprimentos de Ivete e Carlinhos Brown pelo sucesso.

Placa ao TRE 1

O presidente do TRE-PE, Antônio Carlos Alves da Silva, recebeu homenagem do tradicional Clube das Pás pela atuação nas eleições 2016. A juiza Wilka Vilela foi quem entregou a placa ao desembargador.

Placa ao TRE 2

Para o presidente da agremiação, Rinaldo Lima - que anos atrás trabalhou como gari -, a limpeza das ruas, durante as eleições, foi uma consequência da boa comunicação sobre as novas regras das eleições.

Queridinho

O prefeito de Serra Talhada e anfitrião do presidente Michel Temer, Luciano Duque (PT), fez o fofo, não quis indisposição com ninguém: em seu discurso, agradeceu à ex-presidente - e correligionária - Dilma Rousseff, que iniciou a obra do Instituto Federal do Sertão, e ao também ex-presidente Lula, pela interiorização dos ensinos técnico e universitário. Mas fez um longuíssimo agradecimento ao titular atual, enumerando as obras na região. Ao final, Duque ainda pediu para que Temer volte, em breve, e inaugure o aeroporto. Para terminar seu "passe o chapéu", o prefeito agradeceu ao governador pelas parcerias com o Estado. Paulo Câmara, aliás, seguiu a mesma linha. Foi cortês: agradeceu a Temer pela priorização das obras hídricas, pelo enfrentamento à seca, e pela aposta na agenda do futuro, com inauguração de novos equipamentos na área da educação. Momento gafe: a gestora do IFSertão, Maria Leopoldina Veras, chamou o ministro das Cidades, Bruno Araújo, de Bruno Cavalcanti. Foi logo corrigida.

O futuro dirá...

No Debate da Super Manhã de ontem, na Rádio Jornal, Raul Henry disse que o PMDB não deve lançar candidato à presidência, em 2018. Defende que a missão do partido, com Temer, "é entregar o Brasil reorganizado".

Viva, Reynaldo!

Reynaldo Fonseca completa 92 anos hoje com saúde restabelecida. O mestre ainda faz sessões de fisioterapia, mas já voltou ao cavalete... Os amigos se impressionam com a força dele. "Se eu não pintar, eu morro", argumenta.

Novidades

Rômulo Meneses garante 30 trios no desfile do Galo. Ainda fecha artistas. Estão confirmados:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Joelma, Maria Gadu e Gaby Amarantos. Vai ter concurso de foto com foco nas alegorias do bloco. Quer valorizar o trabalho dos artistas.

Miss Universo coroa beleza com conteúdo

O Miss Universo 2017 foi diferente. Em todos os sentidos. A começar pela escolha das 13 finalistas. Só uma europeia, seis latinas. Países como Haiti, Quênia e Panamá integraram a lista, formada mais pelo conjunto da obra do que, propriamente, a beleza física. Sim, eram mulheres maravilhosas, mas que também tinham algo a dizer: havia advogada, bióloga, oftalmo, capitã das Forças Armadas... A vencedora, Iris Mittenaere, da França, é odontopediatra.

Valeu, Raíssa

A Miss Brasil, Raíssa Santana, chegou a ficar no Top 13, mas não avançou de fase. A paranaense era uma forte candidata e aparecia bem cotada, na votação popular. Na internet, ganhou apoio.

Fora do padrão

A Miss Canadá, Siera Bearchell, foi alvo de muitas críticas - algumas pesadas - nas redes sociais, por estar acima do peso. O melhor de tudo: ela não cedeu à pressão e disse sentir-se muito bem com o corpo que tem. Boa!

Agora na Serra

Sucesso o 1º ano do Bloco de Seu Antônio. Quem foi só teceu elogios. Os produtores, inclusive, já lançaram versão para a Semana Santa. Será dia 14 de abril, em Gravatá, com o nome Seu Antônio na Serra.

Vai, não vai

A prévia do Quanta Ladeira no Baile Perfumado, que aconteceria dia 21, foi cancelada. Zé da Flauta reclamou de dificuldade em reunir o pessoal. No entanto, sábado, no Guaiamum Treloso Rural, haverá o "enterro" do bloco.

Rápidas

Elias Cabuzz toca, quinta, às 17h, no lançamento do Balança Rolha, no Coletivo Carnaval do Shopping Recife.

A estilista carioca Isabela Capeto vem ao Recife para a folia. Será a 1ª vez dela no frege pernambucano.

O nutrólogo Rodrigo Carvalho participa, amanhã, às 18h, do Coach Café e Papo de Mulher, em torno do planejamento pessoal e profissional para este ano. Será no Ecowork.

Inaugura quinta o Cordel Food Park, no estacionamento da Amoretto, em Casa Forte.

A Livraria Praça de Casa Forte oferece oficina de máscara carnavalesca para crianças. Sábado, às 16h.

Almir Rouche faz show de 30 anos de carreira, sábado, no Imprensa Que Entra. O palco, no Cabanga, receberá mais 15 atrações.

Pabllo Vittar - vocalista da banda do programa Amor & Sexo, da Globo - abre o Carnaval da Metrópole, dia 24 de fevereiro. Ela lançou CD recentemente.

RioMar em festa

Começa amanhã a 3ª edição do RioMar de Folia. A abertura será às 18h, com a banda Som da Terra. Às 19h é a vez de Luciano Magno. O evento é aberto ao público e

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

acontece até o próximo domingo.

Aniversariantes

Paula Moura, Jô Mazzarolo, Luiz Arraes, Artur Ferraz, Izael Nóbrega, Paulo Sérgio Oliveira, Humberto Vieira de Melo, Conceição Tavares Pessoa, Cristina Bandeira e Ana Carolina Coelho.

Repercussão: Jornal do Commércio de Pernambuco, Jornal do Commércio de Pernambuco, Jornal do Commércio de Pernambuco, Jornal do Commércio de Pernambuco, Jornal do Commércio de Pernambuco, Jornal do Commércio de Pernambuco, Jornal do Commércio de Pernambuco, Jornal do Commércio de Pernambuco, Jornal do Commércio de Pernambuco, Jornal do Commércio de Pernambuco, Jornal do Commércio de Pernambuco, Jornal do Commércio de Pernambuco

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Bacabal deve ser comandada pelo vereador que foi eleito presidente da Câmara do Município



BACABAL - A 6ª Turma do Tribunal Regional Federal do Maranhão rejeitou embargos de declaração de Zé Vieira (PP) e revogou, por unanimidade, decisão que atribuía efeito suspensivo a rejeição de contas do gestor no **Tribunal de Contas da União (TCU)**, o que mantém a inelegibilidade do prefeito eleito e o impede de se manter no comando do Executivo de Bacabal.

A decisão foi tomada em dezembro de 2016, mas a publicação do acórdão somente ocorreu no dia 25 deste mês, após todo o imbróglio quanto à posse de Vieira no município.

'O que pretende o embargante é rediscutir questões já decididas por este Tribunal, com nítido propósito infringente, o que é incabível por essa via processual, diante da ausência de omissão a ser sanada', destacou o relator do caso, desembargador Kassio Marques, em voto contrário à alegação de Zé Vieira de que houve omissão na tramitação do processo.

Com a decisão da Justiça Federal, o município deve ser comandado, a partir do dia 3 de fevereiro, pelo vereador que for eleito presidente da Câmara Municipal.

Zé Vieira concorreu a eleição municipal 2016 sub judice, uma vez que ele havia sido condenado pelo **TCU** em três acórdãos.

A Justiça Federal manteve a condenação, mas Zé Vieira conseguiu liminar, com efeito suspensivo, o que tecnicamente, dava a ele a possiblidade de assumir a administração municipal de Bacabal.

Embargos - Depois de ter obtido êxito com a liminar, Vieira apresentou embargos à primeira decisão que matinha a rejeição de contas, para tentar, com o recurso, reverter em definitivo à sua situação.

A manobra foi rejeitada pelo colegiado do Tribunal Regional Federal do Maranhão.

'Pelo exposto, conheço dos recursos e, no mérito, rejeito os embargos de declaração do autor José Vieira Lins, bem como revogo a decisão de fls. 2401/2402 que deferiu o pedido de atribuição de efeito suspensivo aos embargos de declaração por ele opostos e julgo prejudicados os embargos de declaração da União', apresentou voto o desembargador Kassio Marques, relator do processo.

O voto do magistrado foi seguido pelos demais membros da 6ª Turma do Tribunal, que manteve a inelegibilidade de Zé Vieira.

Saiba Mais

Na semana passada, o juiz Marcelo Moreira, da

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

1ª Vara da Comarca de Bacabal, decidiu validar a posse de Zé Vieira no comando do *município*. O magistrado também determinou a realização de nova eleição para a presidência da Câmara Municipal.

Vereador tenta adiar eleição da Mesa Diretora da Câmara

O vereador César Brito (PPS) autorizou a sua assessoria jurídica a dar entrada com uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE), cujo propósito é suspender, ou adiar, a eleição da Mesa Diretora determinada pelo juiz Marcelo Moreira, marcada para a próxima sexta-feira (3).

Brito sustenta a aliados que se sente prejudicado pela decisão do magistrado, que anulou a votação que o definiu como um dos dois presidentes da Casa eleitos no mesmo dia, 1º de janeiro. O outro escolhido foi Edvan Brandão (PSC). O juiz Marcelo Moreira anulou as duas eleições por considerá-las eivadas em vícios e determinou a realização do novo pleito, que agora César Brito quer suspender ou adiar.

No processo eleitoral que aconteceu no último dia 1º, César Brito obteve apenas oito votos isso com a excepcional ajuda do voto de um vereador suplente empossado de maneira considerada ilegal pela Justiça.

Edvan Brandão, em votação paralela, foi votado por outros oito vereadores, perfazendo um total de nove sufrágios com o seu próprio voto.

Em razão do impasse criado com as duas eleições o caos político-administrativo-constitucional se instalou no município de Bacabal, que teve contas bancárias e transferências financeiras bloqueadas, hospitais e outras instituições públicas fechadas e o ano letivo escolar adiado.

Por isso a decisão por nova eleição para a Câmara Municipal. O presidente eleito no dia 3 deverá comandar o município até que a Justiça Eleitoral decida por novas eleições majoritárias para os cargos de prefeito e vice.

Relacionadas

Justiça derruba liminar que mantinha Zé Viera na prefeitura de Bacabal

Bacabal: juiz valida posse do prefeito e marca nova eleição na Câmara

Justiça anula eleição na Câmara e valida posse de prefeito e vice

Por causa de disputa da Câmara, hospital de Bacabal é fechado

Roberto Costa pede intervenção do Ministério Público em Bacabal

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Maranhão escondeu do Tesouro R$ 100 milhões de déficit da Previdência



SÃO LUÍS - O Governo do Maranhão deixou de declarar ao Tesouro Nacional, em 2015, pelo menos R$ 100 milhões de déficit da Previdência do Estado. O dado é do **Tribunal de Contas da União (TCU)**, após auditoria em 22 estados e no Distrito Federal, e foi divulgado ontem pelo jornal Folha de S. Paulo.

Segundo a reportagem, o déficit apurado pelo Tesouro Nacional no Maranhão é de R$ 600 milhões. Mas o governo só declarou saldo negativo de R$ 500 milhões.

Esse tipo de disparidade e a falta de informações sobre as previdências estaduais fez o **TCU** concluir que esses dados são confiáveis e que o déficit desses regimes estaduais pode ser ainda maior.

No caso maranhense, o governo também deixou de informar a quantidade de servidores ativos e pensionistas.

Cada Estado administra o seu RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), ao qual os servidores estaduais estão vinculados. Se as receitas não são suficientes para cobrir as despesas, cabe ao Estado cobrir esse déficit.

O **TCU** constatou que 16 Estados não informaram o total de pensionistas. Desses, sete também não declararam a quantidade de aposentados. O total de servidores ativos, com a quantidade vinculada a cada órgão, não foi informado por cinco Estados.

"Existe um grande problema de confiabilidade das informações, o que compromete a transparência", afirmou à Folha o secretário de **Controle Externo** da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social do **TCU**, Fabio Granja.

O tribunal aponta que, sem dados básicos, como o total de segurados, não é possível ter "a exata dimensão do problema" no momento em que se discute mudanças nas regras da Previdência.

"Pode estar existindo subdimensionamento do déficit. Ou seja, o problema é ainda mais grave do que está sendo apresentado", disse Granja.

Aperfeiçoamento - A Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda concorda que as bases de dados dos Estados têm de melhorar, mas argumenta que as avaliações atuarias dos regimes próprios vêm sendo aperfeiçoadas.

O órgão tem a atribuição de supervisionar esses regimes e estabelecer normais gerais.

"Essas bases têm problemas, mas isso não quer dizer que seja algo totalmente inconsistente. Os atuários têm formas de trabalhar com premissas que buscam

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

compensar esses eventuais problemas na base de dados", disse Narlon Nogueira, diretor da Secretaria de Previdência.

A Secretaria de Previdência informou que iniciou uma auditoria para cruzar os dados e questionar os Estados sobre as diferenças.

O Estado também questionou o Governo do Maranhão sobre a diferença entre as informações repassadas ao Tesouro e o efetivamente apurado pelo órgão. Não houve resposta até o fechamento desta edição.

Relacionadas

PGE garante legalidade do ICMS e vê estranheza em ação da OAB-MA

Flávio Dino utiliza o governo como abrigo ideológico do seu partido, o PCdoB

Governo aluga imóvel de comunista para abrigar sede da Funac na Aurora

Adriano cobra explicações do Governo sobre novo empréstimo

Base governista aprova urgência para tramitação de projetos de reforma tributária no MA

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Berzoini tem nova data de depoimento


Política

Moro vai assumir ação contra Cunha e Solange Almeida

Berzoini tem nova data de depoimento

O Ajuiza Gabriela Hardt, que substituiu Sérgio Moro em suas férias, mudou a data da audiência de depoimentos do ex-ministro do governo Dilma Rous-seff (PT) Ricardo Berzoini e de outras duas testemunhas de defesa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de sua mulher, Marisa Letí-cia- que estava marcada para as 9h30 da quarta-feira de cinzas (l.° de março).

A data, que marca o encerramento do carnaval, pode ser considerada meio expediente nas empresas. Com isso a audiência foi remarcada para 15 de março. Na mesma data, será ouvido, por videoconferência, o ministro José Múcio, vice-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU).

Lula é réu em cinco ações penais na Justiça Federal. Nessa ação, o petista é acusado de se beneficiar de propinas da OAS em um triplex no Guarujá.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Comissões permanentes elegerão novos presidentes



Autor: Da Redação

Com a retomada dos trabalhos legislativos, a partir da quinta-feira (2), as comissões permanentes do Senado devem eleger seus novos presidentes nos próximos dias. O comando das comissões se renova a cada dois anos, no início da primeira e da terceira sessões legislativas. As comissões técnicas têm seus integrantes designados pelo presidente da Casa, por indicação dos líderes partidários, observando-se a participação proporcional das respectivas bancadas.

A proporcionalidade é prevista na Constituição de 1988 (art. 58), segundo a qual 'na constituição das Mesas e de cada comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa'. O Regimento Interno do Senado também confirma o princípio (art. 59), ao prever que 'para os fins do cálculo de proporcionalidade, as bancadas partidárias são consideradas pelos seus quantitativos à data da diplomação'.

Conforme previsão regimental, na terceira sessão legislativa, como agora em 2017, nos cinco dias úteis que se seguirem à indicação dos líderes cada comissão tem de se reunir para instalar seus trabalhos e eleger seu presidente e seu vice-presidente. Hoje, o Senado tem 13 comissões permanentes. Esses colegiados, que são divididos por temas, foram criados para analisar, debater e aprovar os projetos apresentados. Existe ainda a possibilidade da criação de até quatro subcomissões dentro de cada comissão, conforme a pertinência temática.

Mais disputadas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) costumam ser as mais disputadas, por serem consideradas as comissões de mais prestígio. A CCJ tem de opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade das matérias. Com 27 membros, a CCJ também tem a função de tratar de temas polêmicos como a perda de mandato de senador e os recursos interpostos às decisões da Presidência do Senado.

Já a CAE, que como a CCJ também tem 27 membros, trata das questões econômica e financeira dos projetos. Política de crédito, câmbio, comércio exterior e sistema monetário também são temas tratados dentro da comissão. A CAE ainda é responsável pela sabatina de ministros indicados ao Tribunal de Contas da União e do presidente do Banco Central.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

TCU transfere principais auditorias sobre a Petrobras para Brasília



Autor: MURILO RAMOS

O Tribunal de Contas da União

(TCU) transferiu do Rio de Janeiro

para Brasília as principais auditorias sobre investimentos da Petrobras e a Eletrobras. É fácil perceber que a fiscalização feita na capital fluminense por vários anos não deu certo. A Lava Jato está aí como prova.

TAGS:

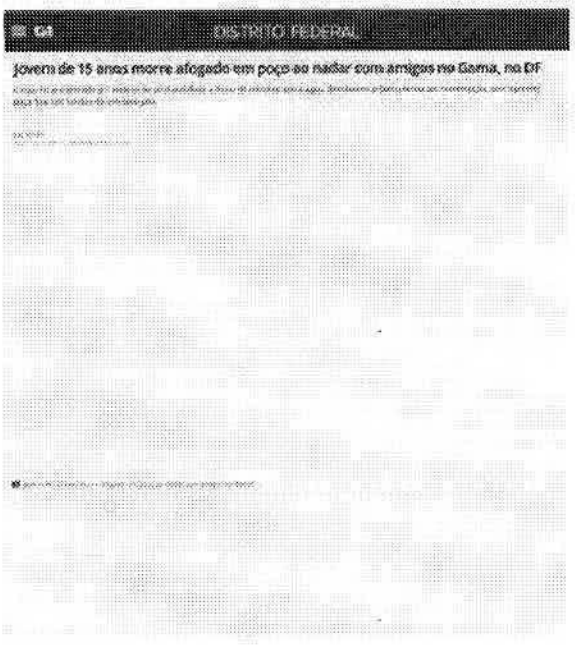
TCU

eletrobras

MAIS LIDAS

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Jovem de 15 anos morre afogado em poço ao nadar com amigos no Gama, no DF



voltar

Jovem de 15 anos morre afogado em poço ao nadar com amigos no Gama, no DF

Corpo foi encontrado a 7 metros de profundidade e ficou 30 minutos sob a água. Bombeiros e Samu tentaram reanimação, sem sucesso; poço fica nos fundos de um lava-jato.

Por G1 DF

Atualizado há 2 horas

Jovem de 15 anos morre afogado em poço ao nadar com amigos no Gama

Um adolescente de 15 anos morreu nesta segunda-feira (30) após se afogar em um poço onde nadava com dois amigos no Gama, no Distrito Federal. Segundo o Corpo de Bombeiros, o socorro foi acionado pelos outros jovens, de 15 e 16 anos, que indicaram o local do afogamento. O garoto chegou a ser reanimado, mas não resistiu.

O poço fica nos fundos de um lava-jato do Gama, próximo à avenida Contorno. Quando os bombeiros chegaram ao local, a vítima já estava submersa por cerca de 30 minutos, segundo o relato dos amigos. Os militares mergulharam, e encontraram o corpo a uma altura aproximada de 7 metros, desacordado.

Fora da água, bombeiros e equipes do Samu fizeram manobras de ressuscitação por cerca de 50 minutos, e conseguiram restabelecer os sinais vitais. O jovem foi levado para a ambulância do Samu, mas teve uma nova parada cardiorrespiratória e não voltou a reagir. A morte foi declarada pelo médico da corporação, após 30 minutos de tentativas.

O socorro envolveu quatro carros do Corpo de Bombeiros, dois do Samu, dois da Polícia Militar e o helicóptero dos bombeiros – que foi enviado ao local, mas não chegou a ser usado.

Jovem de 15 anos morre afogado em poço ao nadar com amigos no Gama, no DF (Foto: Corpo de Bombeiros/Divulgação)

Mais casos

Pelo menos outros cinco afogamentos foram socorridos pelo Corpo de Bombeiros do DF no mês de janeiro. Em três deles, as vítimas morreram no local ou após serem levadas a hospitais da região.

Neste domingo (29), uma criança de 1 ano e 7 meses foi resgatada após cair na piscina de um condomínio em Sobradinho . As manobras de ressuscitação duraram mais de 30 minutos, e o bebê foi internado em estado grave.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

No dia 21, um auditor do **Tribunal de Contas da União** morreu afogado após mergulhar a uma profundidade de 30 metros no Lago Paranoá. O corpo foi encontrado boiando, e estava com equipamentos de mergulho profissional – ele praticava a atividade desde 2003.

No dia 5, um homem também se afogou no Lago Paranoá, mas foi resgatado a tempo. Segundo os bombeiros, ele subiu muito rápido à superfície após um mergulho, o que teria causado um quadro de embolia pulmonar traumática. O socorro foi acionado por freiras que passavam pelo local.

No dia 3, um homem de 23 anos morreu após se afogar em uma represa da Caesb , no Gama. Dois amigos que acompanhavam o jovem tentaram encontrá-lo na água, mas não conseguiram e, então, chamaram os bombeiros.

No dia 1º, um homem de 25 anos foi encontrado morto no Lago Paranoá, próximo à Ponte JK, onde nadava com amigos logo após o réveillon . Uma autópsia da Polícia Civil identificou o rapaz como morador do Itapoã.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Ricardo Barros vai ao TCU pela nova sede da Anvisa



O sempre preocupado com o futuro da Saúde, Ricardo Barros foi aos ministros Bruno Dantas e Aroldo Cedraz, do TCU, para pedir que o tribunal não suspenda a transferência da sede da Anvisa e de outros setores do Ministério da Saúde.

Após uma concorrência feita pelo ministério no ano passado, um prédio na Asa Norte, em Brasília, do empreiteiro Paulo Octavio, saiu vencedor, por R$ 31 milhões.

Barros, do mesmo PP de Paulo Octavio, está pessoalmente empenhado na transação, mas terá dificuldades no TCU.

A tendência do tribunal hoje é suspender a Licitação.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

TRABALHADOR APOSENTADO QUER BENEFÍCIO DIGNO!
A PREVIDÊNCIA NECESSITA DE GESTÃO TRANSPARENTE!
NADA DE REFORMA!

- Para "salvar" o Brasil, novamente o governo e os empresários, **em especial, do setor financeiro, querem a Previdência Social!**

- Para pagar a conta de anos de desgoverno e má gestão, **o Planalto propõe novas mudanças no INSS!**

- **Nunca uma reforma da Previdência Social** foi tramada, urdida e levada a efeito para **melhorar as aposentadorias e pensões dos milhões de brasileiros que dependem do INSS.**

- Sempre as reformas buscam **reduzir, cortar e restringir direitos e conquistas** de trabalhadores e aposentados!

- Agora, o governo propõe **igualar as condições** para a aposentadoria de **homens e mulheres**, para trabalhadores **rurais** e trabalhadores **urbanos**! Quer **fixar**, neste Brasil continente, uma única **idade para a aposentadoria!**

- Falta sensibilidade para ver que as diferenças justificam a sua manutenção! As precariedades das condições de trabalho e a sobrecarga são fortes elementos para manter o sistema sem uma **idade mínima que condene o trabalhador a nunca se aposentar!**

- Isto sem considerar que a **Previdência integra o orçamento da Seguridade Social**, comprovadamente superavitário ao longo de décadas! Onde tem **rombo**? O governo fala em bilhões de reais, mas **usa o dinheiro dos pobres e sofridos aposentados** para incentivar setores da economia.

- Só em 2016, foram mais de **R$ 69 bilhões de renúncias previdenciárias**. O que é isto? São as isenções e reduções de alíquotas a diversos setores, como o **agronegócio exportador**, a **filantropia** nas áreas da **saúde e educação**, o **micro e pequeno empresário**, entre outros, além da **desoneração da folha de salários**. Nestes setores, apesar de pagarem menos ou bem menos, todos os seus trabalhadores se aposentam igual aos demais.

- Vale enfatizar que, no conjunto dos benefícios bancados pelo INSS religiosamente, há mais de 4 milhões com caráter eminentemente assistencial, não contributivos, sem falar no desequilíbrio das contas do **subsistema rural**, em que se arrecadou **R$ 7 bilhões** em 2015 e foram pagos mais de **R$ 98 bilhões de aposentadorias e pensões.**

O que falta na Previdência Social não são reformas, são medidas como:

- a reconstituição do Fundo da Previdência e Assistência Social;

- o reequilíbrio do subsistema do campo, com aporte adequado por parte do empregador rural;

- o imediato ressarcimento aos cofres do INSS do valor das isenções e renúncias;

- a transparência na gestão.

PREVIDÊNCIA É PATRIMÔNIO DO POVO BRASILEIRO! NÃO MEXAM COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL!

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
www.anfip.org.br

FUNDAÇÃO ANFIP
Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social e Tributário

ANAUNI
Associação Nacional dos Advogados da União

anfip.nacional | anfipoficial | anfipnacional | Fundação-ANFIP | fundacaoanfip | ANAUNILAGU | anauni

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

A FALÁCIA DO ROMBO NA PREVIDÊNCIA!

A quem interessa uma **nova reforma no seguro social brasileiro?**

em R$ milhões

RECEITAS REALIZADAS	2005	2010	2012	2013	2014	2015
1. Receita de contribuições sociais	277.045	441.266	573.814	634.239	666.637	671.471
Receita Previdenciária [1]	108.434	211.968	283.441	317.164	350.978	352.553
Arrecadação Previdenciária	108.434	211.968	278.160	307.147	337.503	350.272
Urbana	105.086	207.154	272.397	300.991	330.833	343.191
Rural	3.348	4.814	5.763	6.156	6.670	7.081
Compensações não repassadas [3]	0	0	5.281	10.017	13.474	2.281
Cofins	89.597	140.023	181.555	199.410	195.914	200.926
CSLL	26.232	45.754	57.316	62.545	63.197	59.665
PIS/Pasep	22.083	40.372	47.738	51.065	51.774	52.904
Outras contribuições [4]	30.699	3.148	3.765	4.055	4.775	5.423
2. Receitas de entidades da Seguridade	11.704	14.742	20.199	15.078	19.356	20.534
Recursos Próprios do MDS	87	305	66	239	183	137
Recursos Próprios do MPS	798	267	708	819	608	1.078
Recursos Próprios do MS	947	2.700	3.433	3.858	4.312	4.257
Recursos Prórios do FAT	9.507	10.978	15.450	9.550	13.584	14.160
Serviços hospitalares HU	102	50	52	103	117	238
Taxas, multas e juros da Fiscalização	264	443	491	509	552	664
3. Contrapartida do Orç. Fiscal para EPU [5]	1.052	2.136	1.774	1.782	1.835	2.226
Receitas da Seguridade Social	**289.801**	**458.144**	**595.788**	**651.099**	**687.829**	**694.231**

DESPESAS REALIZADAS	2005	2010	2012	2013	2014	2015
1. Benefícios Previdenciários [1]	146.010	256.184	316.589	357.003	394.201	436.090
Previdenciários urbanos	118.626	198.061	243.954	274.652	303.541	336.296
Previdenciários rurais	27.384	56.798	71.135	80.355	88.703	98.041
Compensação previdenciária [6]	0	1.325	1.500	1.996	1.958	1.753
2. Benefícios assistenciais	9.335	22.234	30.324	33.869	37.598	41.798
Assistenciais Idosos - LOAS e RMV	4.067	10.365	14.318	15.916	17.715	18.460
Assistenciais Deficientes - LOAS e RMV	5.268	11.869	16.006	17.953	19.882	23.338
3. Bolsa família e outras transferências	6.769	13.493	20.543	24.004	26.162	26.921
4. EPU - Benefícios de Legislação Especial	1.052	2.136	1.774	1.782	1.835	2.226
5. Saúde: despesas do MS [7]	34.517	62.329	80.085	85.429	94.235	102.206
6. Assistência social: despesas do MDS [7]	1.716	3.994	5.659	6.227	7.020	5.389
7. Previdência social: despesas do MPS [7]	3.404	6.482	7.171	7.401	7.828	8.197
8. Outras ações da seguridade social	2.384	7.584	10.316	11.871	10.859	11.547
9. Benefícios FAT	11.375	29.195	39.950	46.561	51.833	48.180
10. Outras ações do FAT	547	560	541	505	522	506
Despesas da Seguridade Social	**217.110**	**404.191**	**512.952**	**574.653**	**632.092**	**683.061**

Resultado da Seguridade Social	**72.670**	**53.953**	**82.836**	**76.446**	**55.737**	**11.170**

Fontes: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI - extração Siga Brasil; para os dados do RGPS, o fluxo de caixa do Ministério da Previdência Social - MPS; e para as compensações não repassadas, ANFIP.

Notas: (1) receitas e despesas previdenciárias líquidas acrescidas das compensações pela desoneração da folha de pagamentos; em despesas com benefícios previdenciários urbanos estão incluídos repasses de compensações previdenciárias a outros regimes; (2) compensação pela desoneração da folha de pagamentos não repassada, dados atualizados – vide Nota 3, à p. 21; (3) inclui receitas provenientes dos concursos de prognósticos e as receitas da CPMF, extinta em 2007; (4) receitas dos hospitais universitários com a prestação de serviços saúde, embora essa receita não seja típica da Seguridade Social, corresponde às despesas realizadas por essas unidades, computadas em Outras ações da Seguridade Social; (5) corresponde às despesas com Encargos Previdenciários da União – EPU, de responsabilidade do Orçamento Fiscal; (6) compensações com outros regimes previdenciários; (7) as despesas com benefícios de prestação continuada (LOAS e RMV) estão hoje agrupadas entre benefícios relativos a idosos e a pessoas com de ciência; (8) incluem despesas de pessoal ativo e todas as demais relativas ao custeio e investimento.

Organização: ANFIP, Fundação ANFIP e ANAUNI.

ANFIP
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil
www.anfip.org.br

FUNDAÇÃO ANFIP
Fundação ANFIP de Estudos da Seguridade Social e Tributário

ANAUNI
Associação Nacional dos Advogados da União

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

SUGESTÕES DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA AO TCU, FACE AOS QUESTIONAMENTOS FORMULADOS PELO SENADOR ÁLVARO DIAS

Apresentação

A Auditoria Cidadã da Dívida é uma associação sem fins lucrativos, conta com o apoio e colaboração de importantes entidades da sociedade civil e cidadãos voluntários que atuam pelo cumprimento da Constituição Federal, no que diz respeito à realização da auditoria da dívida (art. 26 do ADCT da CF de 1988), tendo em vista que a dívida pública tem sido um dos principais empecilhos ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Criada logo após o Plebiscito Popular sobre a Dívida realizado no ano 2000, a Auditoria Cidadã tem investigado as causas, a evolução e os mecanismos geradores do endividamento público brasileiro desde a década de 60. Tivemos relevante participação nas investigações da CPI da Dívida Pública realizada na Câmara dos Deputados em 2009/2010, além de experiências internacionais de auditoria oficial da dívida no Equador e Grécia.

Elaboramos o presente documento a fim de apresentar ao Tribunal de Contas da União (TCU) algumas sugestões e contribuições relacionadas aos questionamentos formulados pelo Senador Álvaro Dias para a realização de auditoria da dívida pública interna federal, transcritos a seguir:

> *Considerando que nos últimos 12 anos a dívida bruta interna da União cresceu aproximadamente R$ 2 trilhões, fundamental a realização de auditoria para conhecer a evolução dessa dívida, especialmente nos últimos 12 anos.*
>
> *Identificar o estoque da dívida bruta interna da União, juntamente com os detentores da totalidade dos títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional nos últimos 12 anos, inclusive os que estão em poder do Banco Central e que são repassados ao mercado por meio das Operações de Mercado Aberto.*
>
> *Identificar o objetivo que fundamentou a emissão dos títulos, bem como aferir se as destinações dos recursos corresponderam aos objetivos que fundamentaram a contratação de mais dívida.*

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Dos R$ 2 trilhões incorporados à dívida bruta interna da União nos últimos 12 anos, verificar o que foi direcionado para investimentos no Brasil pelo Governo Federal.

Identificar quanto desse montante foi direcionado para pagar juros, encargos, amortização e refinanciamento da dívida bruta interna da União.

Verificar se os mecanismos de gestão da dívida bruta interna da União permitem a produção e disponibilização das informações acima mencionadas para a população brasileira de maneira simples e frequente.

A administração da dívida bruta interna da União conta com o sistema de dealers. A "rolagem" da dívida ou refinanciamento não significa mera troca de títulos que estão vencendo por títulos com vencimento futuro. Em geral, trata-se de novas operações em novas condições, com nova taxa de juros e sujeitas ao pagamento de novas comissões. Identificar a diferença nas taxas de juros e valores de encargos aplicados às novas operações onde os dealers são os detentores dos títulos renegociados.

Apresentamos algumas sugestões e ficamos à disposição dessa Corte de Contas para contribuir com essa importante auditoria, de forma voluntária e cidadã, de acordo com os princípios que regem a nossa atuação.

ARGUMENTOS RELACIONADOS AOS QUESTIONAMENTOS APRESENTADOS

1. Estoque da dívida interna nos últimos 12 anos e fatores que influenciaram em seu crescimento

Conforme dados oficiais publicados pelo Banco Central em sua página web, o estoque da dívida interna saltou de cerca de R$ 1 Trilhão em 2004 para mais de R$ 4,3 Trilhões em novembro[i] de 2016. Esse dado pode ser aferido a partir do volume de TÍTULOS EMITIDOS informado no Quadro XXXVI – Títulos Públicos Federais, reproduzido a seguir:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.



Quadro XXXVI – Títulos públicos federais

R$ milhões

Fim de período		Responsabilidade											Total fora do Bacen	% do PIB
		Tesouro Nacional										Bacen		
		Títulos emitidos	Carteira do Bacen	Fora do Bacen								NBCE NBCF NBCA		
				LTN	LFT	NTN	Dívida securit.	CFT/ CTN	TDA	BTN	Total			
2002	Dez	838 796	282 730	13 596	372 584	127 399	21 167	19 214	2 005	100	556 066	67 125	623 191	41,9
2003	Dez	978 104	276 905	91 055	443 180	126 721	19 880	18 236	2 052	74	701 199	30 659	731 858	42,6
2004	Dez	1 099 535	302 855	159 960	457 757	133 700	25 449	17 343	2 411	62	796 680	13 584	810 264	41,4
2005	Dez	1 252 510	279 663	263 436	504 653	167 379	18 085	15 799	3 448	48	972 847	6 815	979 662	45,1
2006	Dez	1 390 694	297 198	346 964	412 034	296 598	19 095	14 532	4 213	39	1 093 495	-	1 093 495	45,4
2007	Dez	1 583 871	359 001	325 149	409 024	451 132	20 777	13 903	4 859	27	1 224 871	-	1 224 871	45,0
2008	Dez	1 759 134	494 311	239 143	453 131	538 380	15 090	14 306	4 743	30	1 264 823	-	1 264 823	40,7
2009	Dez	2 036 231	637 815	247 270	500 224	621 479	12 058	12 851	4 516	18	1 398 415	-	1 398 415	42,0
2010	Dez	2 307 143	703 203	354 731	521 705	701 128	9 097	13 141	4 125	13	1 603 940	-	1 603 940	41,3
2011	Dez	2 534 898	751 837	402 376	548 664	805 849	9 719	12 435	4 008	10	1 783 061	-	1 783 061	40,7
2012	Dez	2 823 336	906 627	552 030	424 949	915 327	8 218	12 725	3 456	5	1 916 709	-	1 916 709	39,8
2013	Dez	2 986 224	958 098	645 145	395 065	962 540	7 642	14 595	3 140	0	2 028 126	-	2 028 126	38,0
2014	Dez	3 301 051	1 117 440	686 033	418 587	1 052 637	7 054	16 437	2 862	0	2 183 611	-	2 183 611	37,8
2015	Jan	3 204 002	1 066 054	616 444	435 732	1 059 354	6 944	16 638	2 835	0	2 137 948	-	2 137 948	36,9
	Fev	3 298 151	1 084 797	656 252	456 502	1 074 285	6 904	16 605	2 807	0	2 213 355	-	2 213 355	38,1
	Mar	3 441 396	1 124 909	726 854	457 289	1 105 878	6 872	16 815	2 778	0	2 316 487	-	2 316 487	39,6
	Abr	3 451 710	1 117 914	678 712	482 885	1 145 606	6 839	17 025	2 730	0	2 333 796	-	2 333 796	39,8
	Mai	3 484 068	1 112 021	731 811	495 006	1 118 758	6 805	16 946	2 720	0	2 372 046	-	2 372 046	40,4
	Jun	3 585 830	1 123 411	773 981	511 178	1 150 143	6 775	17 658	2 683	0	2 462 419	-	2 462 419	41,7
	Jul	3 586 722	1 111 487	762 064	528 002	1 156 751	6 747	18 999	2 674	0	2 475 235	-	2 475 235	41,7
	Ago	3 691 613	1 139 645	798 201	562 424	1 162 978	6 717	19 019	2 629	0	2 551 968	-	2 551 968	42,9
	Set	3 802 663	1 213 927	811 239	576 417	1 172 570	6 688	19 209	2 612	0	2 588 736	-	2 588 736	43,5
	Out	3 712 379	1 208 329	693 387	590 364	1 188 388	9 142	20 171	2 597	0	2 504 049	-	2 504 049	41,9
	Nov	3 794 401	1 219 142	734 481	603 869	1 205 415	8 868	20 055	2 570	0	2 575 259	-	2 575 259	43,0
	Dez	3 936 681	1 286 515	764 479	626 192	1 229 620	7 693	19 711	2 472	0	2 650 165	-	2 650 165	44,2
2016	Jan	3 873 237	1 266 257	667 665	671 484	1 237 694	7 592	20 087	2 459	0	2 606 980	-	2 606 980	43,4
	Fev	3 952 683	1 274 461	698 666	697 630	1 251 612	7 545	20 333	2 436	0	2 678 222	-	2 678 222	44,4
	Mar	4 042 856	1 289 353	729 076	709 639	1 284 507	7 513	20 365	2 403	0	2 753 503	-	2 753 503	45,6
	Abr	3 967 754	1 297 563	614 359	722 615	1 302 295	7 469	21 050	2 404	0	2 670 191	-	2 670 191	44,1
	Mai	4 046 690	1 304 523	655 956	734 129	1 322 006	7 431	22 249	2 396	0	2 744 167	-	2 744 167	45,1
	Jun	4 157 400	1 319 528	702 894	748 108	1 350 118	11 459	22 962	2 330	0	2 837 872	-	2 837 872	46,4
	Jul	4 151 058	1 318 905	670 381	762 792	1 365 343	8 546	22 774	2 317	0	2 832 153	-	2 832 153	46,1
	Ago	4 129 135	1 298 964	709 186	785 545	1 301 825	8 501	22 829	2 285	0	2 830 171	-	2 830 171	45,8
	Set	4 258 863	1 337 980	761 684	797 954	1 327 649	8 453	22 896	2 248	0	2 920 883	-	2 920 883	47,2
	Out	4 255 200	1 345 915	693 171	827 640	1 355 018	8 402	22 817	2 238	0	2 909 285	-	2 909 285	46,7
	Nov	4 312 218	1 350 796	712 370	849 496	1 366 017	8 409	22 925	2 205	0	2 961 422	-	2 961 422	47,3

Algumas estatísticas publicadas pela grande mídia e até por setores do governo excluem do total da dívida interna o montante de títulos indicados na coluna "Carteira do Bacen".

Tendo em vista que a imensa maioria desses títulos não permanecem com o Banco Central, mas são repassados a bancos, em troca de sua sobra de caixa, nas chamadas "Operações Compromissadas", com remuneração diária, não há como excluir do montante da dívida interna essa significativa parcela de títulos que já supera R$ 1,086 trilhão em novembro/2016, conforme Quadro XXXVII, divulgado pelo Banco Central, reproduzido a seguir (coluna "Total").

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.



Quadro XXXVII – Operações compromissadas – Mercado aberto[1/]

Saldos e participações

R$ milhões

Fim de período		Até 1 mês		Acima de 1 mês		Total		Curtíssimo Prazo		De 2 semanas a 3 meses		Acima de 3 meses	
		Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%	Saldo	%
2002	Dez	61 894	96,5	2 216	3,5	64 110	100,0	...	...	...	...	...	...
2003	Dez	43 742	78,5	11 975	21,5	55 717	100,0	...	...	...	...	...	...
2004	Dez	7 797	16,5	39 410	83,5	47 207	100,0	-4 113	-8,7	11 910	25,2	39 410	83,5
2005	Dez	-24 430	-106,9	47 286	206,9	22 856	100,0	-24 430	-106,9	0	0	47 286	206,9
2006	Dez	5 800	9,7	54 231	90,3	60 030	100,0	5 800	9,7	0	0	54 231	90,3
2007	Dez	-1 460	-0,9	167 274	100,9	165 813	100,0	-1 460	-0,9	82 781	49,9	84 493	51,0
2008	Dez	88 303	29,4	212 188	70,6	300 491	100,0	75 834	25,2	180 666	60,1	43 990	14,6
2009	Dez	31 846	7,4	396 029	92,6	427 874	100,0	31 846	7,4	316 634	74,0	79 394	18,6
2010	Dez	2 033	0,8	257 215	99,2	259 248	100,0	0	0	116 509	44,9	142 739	55,1
2011	Dez	-9 300	-3,0	321 169	103,0	311 869	100,0	-9 300	-3,0	152 092	48,8	169 077	54,2
2012	Dez	-61 800	-12,4	559 300	112,4	497 500	100,0	-61 850	-12,4	254 193	51,1	305 077	61,3
2013	Dez	26 364	5,2	482 178	94,8	508 541	100,0	26 364	5,2	299 016	58,8	183 161	36,0
2014	Dez	68 202	8,6	723 371	91,4	791 573	100,0	68 202	8,6	554 340	70,0	169 031	21,4
2015	Jan	115 753	12,8	785 438	87,2	901 191	100,0	115 753	12,8	617 139	68,5	168 300	18,7
	Fev	83 363	9,5	798 290	90,5	881 652	100,0	83 363	9,5	622 226	70,6	176 064	20,0
	Mar	35 282	4,2	813 604	95,8	848 886	100,0	35 282	4,2	615 910	72,6	197 695	23,3
	Abr	83 559	10,0	748 753	90,0	832 311	100,0	83 559	10,0	534 375	64,2	214 378	25,8
	Mai	77 472	9,1	774 213	90,9	851 686	100,0	77 472	9,1	539 652	63,4	234 562	27,5
	Jun	38 294	4,7	777 840	95,3	816 134	100,0	38 294	4,7	533 128	65,3	244 712	30,0
	Jul	114 809	13,0	769 949	87,0	884 758	100,0	114 809	13,0	525 853	59,4	244 097	27,6
	Ago	74 185	8,7	777 446	91,3	851 631	100,0	74 185	8,7	531 696	62,4	245 750	28,9
	Set	88 415	10,6	747 975	89,4	836 390	100,0	88 415	10,6	485 875	58,1	262 100	31,3
	Out	206 703	21,8	742 276	78,2	948 980	100,0	206 703	21,8	484 965	51,1	257 311	27,1
	Nov	225 166	24,9	680 787	75,1	905 954	100,0	225 166	24,9	453 368	50,0	227 420	25,1
	Dez	257 987	28,8	636 556	71,2	894 542	100,0	257 987	28,8	458 647	51,3	177 909	19,9
2016	Jan	247 915	24,6	760 498	75,4	1008 414	100,0	247 915	24,6	596 173	59,1	164 325	16,3
	Fev	203 063	21,1	757 843	78,9	960 906	100,0	203 063	21,1	602 164	62,7	155 679	16,2
	Mar	78 814	8,8	814 333	91,2	893 147	100,0	78 814	8,8	658 497	73,7	155 836	17,4
	Abr	178 537	17,6	836 502	82,4	1015 039	100,0	178 537	17,6	664 891	65,5	171 611	16,9
	Mai	162 200	16,2	839 578	83,8	1001 779	100,0	162 200	16,2	672 279	67,1	167 299	16,7
	Jun	91 084	9,6	857 961	90,4	949 044	100,0	91 084	9,6	673 777	71,0	184 183	19,4
	Jul	143 647	13,8	896 447	86,2	1040 093	100,0	143 647	13,8	725 346	69,7	171 101	16,5
	Ago	182 188	16,7	910 762	83,3	1092 950	100,0	182 188	16,7	734 178	67,2	176 585	16,2
	Set	85 737	8,1	969 133	91,9	1054 870	100,0	85 737	8,1	776 877	73,6	192 256	18,2
	Out	86 854	8,1	981 833	91,9	1068 687	100,0	86 854	8,1	786 563	73,6	195 269	18,3
	Nov	99 823	9,2	986 128	90,8	1085 951	100,0	99 823	9,2	794 747	73,2	191 381	17,6

Cabe ressaltar que esse aspecto das Operações de Mercado Aberto foi ressaltado no questionamento formulado pelo Senador Álvaro Dias:

> *Identificar o estoque da dívida bruta interna da União, juntamente com os detentores da totalidade dos títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional nos últimos 12 anos, inclusive os que estão em poder do Banco Central e que são repassados ao mercado por meio das Operações de Mercado Aberto.*

Entendemos que independentemente de quem seja o detentor dos títulos públicos federais, esses **constituem obrigação onerosa** e devem ser considerados no estoque da dívida interna federal. Nesse sentido, o crescimento da dívida interna nos últimos 12 anos superou R$ 3 Trilhões.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Esse crescimento foi especialmente concentrado no ano de 2015, que merece atenção especial, tendo em vista que o **estoque de títulos da dívida interna aumentou R$ 732 bilhões em apenas 11 meses de 2015**, saltando de R$3,204 trilhões em 31/janeiro para R$3,937 trilhões em 31/dezembro.

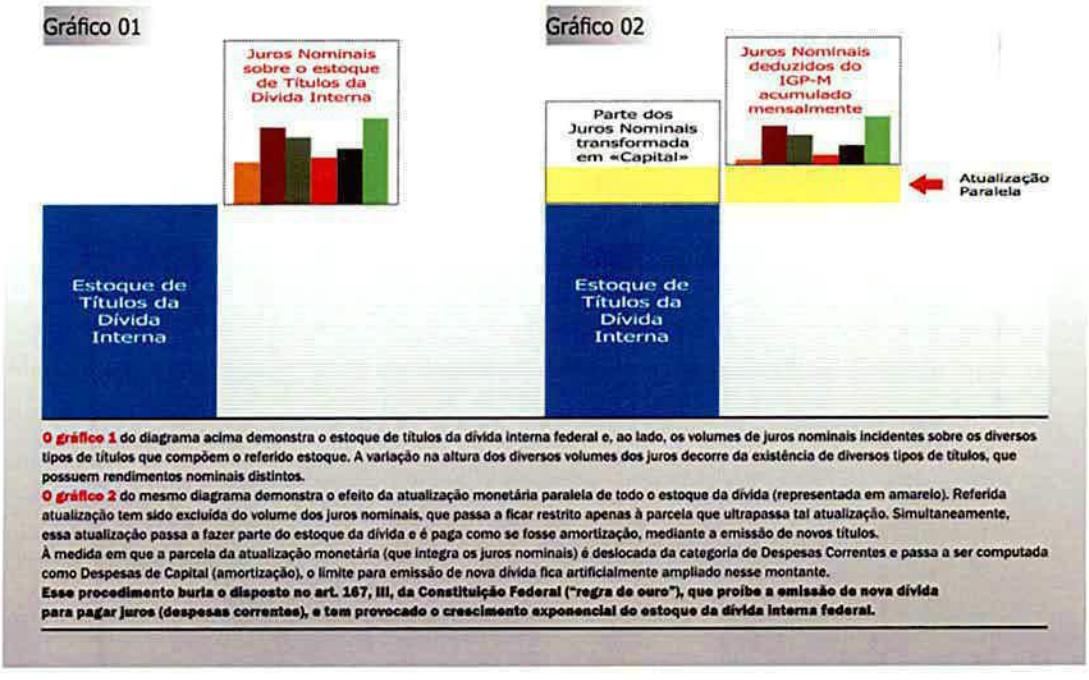
É fundamental que o TCU revele a contrapartida real da dívida pública nesse período, juntando documentos que comprovem onde foram aplicados os recursos, como solicitado pelo Senado:

> *Identificar o objetivo que fundamentou a emissão dos títulos, bem como aferir se as destinações dos recursos corresponderam aos objetivos que fundamentaram a contratação de mais dívida.*

Cabe ressaltar que o volume de investimentos ficou limitado a apenas R$ 9,6 bilhões em 2015[ii], o que indica que todo esse crescimento do estoque da dívida foi consumido por mecanismos de retroalimentação da própria dívida, destacando-se a destinação de recursos para cobrir operações ILEGAIS:

- **Pagamento de juros**, o que é inconstitucional, pois fere o Art. 167, III, da Constituição Federal, o qual impede a emissão de títulos da dívida para pagar despesas correntes, tais como salários e juros[iii]. Essa ilegalidade tem sido viabilizada pela **contabilização de grande parte dos juros como se fosse amortização[iv].**

CONTABILIZAÇÃO DE JUROS COMO SE FOSSE AMORTIZAÇÃO



O gráfico 1 do diagrama acima demonstra o estoque de títulos da dívida interna federal e, ao lado, os volumes de juros nominais incidentes sobre os diversos tipos de títulos que compõem o referido estoque. A variação na altura dos diversos volumes dos juros decorre da existência de diversos tipos de títulos, que possuem rendimentos nominais distintos.
O gráfico 2 do mesmo diagrama demonstra o efeito da atualização monetária paralela de todo o estoque da dívida (representada em amarelo). Referida atualização tem sido excluída do volume dos juros nominais, que passa a ficar restrito apenas à parcela que ultrapassa tal atualização. Simultaneamente, essa atualização passa a fazer parte do estoque da dívida e é paga como se fosse amortização, mediante a emissão de novos títulos.
À medida em que a parcela da atualização monetária (que integra os juros nominais) é deslocada da categoria de Despesas Correntes e passa a ser computada como Despesas de Capital (amortização), o limite para emissão de nova dívida fica artificialmente ampliado nesse montante.
Esse procedimento burla o disposto no art. 167, III, da Constituição Federal ("regra de ouro"), que proíbe a emissão de nova dívida para pagar juros (despesas correntes), e tem provocado o crescimento exponencial do estoque da dívida interna federal.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

- **Remuneração da sobra de caixa dos bancos** por meio das chamadas Operações Compromissadas que chegaram perto de R$ 1 trilhão em 2015, ou seja, quase 20% do PIB, com graves danos à economia nacional[v]. Ressalte-se que a autoridade monetária poderia utilizar-se de outros instrumentos muito mais eficientes, que não representassem tanto dano às finanças do país e tantos benefícios ao mercado financeiro. Ademais, não a devida transparência quanto à remuneração, prazos e beneficiários dessas operações.

- **Cobertura de prejuízos do Banco Central com operações de *swap* cambial**, flagrantemente ilegais, conforme brilhante representação constante do TC-012.015/2003-0: "*Não há, na Lei n.º 4.595/64 ou em outra legislação, dispositivo que autorize o Banco Central a atuar no ramo de seguros ou que o autorize a assumir posições de agente segurador de capital, muito menos a especular com variações cambiais, assumindo posições que podem dar muito lucro ou muito prejuízo.*"

As operações de swap cambial têm gerado prejuízos desde a década passada[vi], tendo atingido mais de uma dezena de bilhões em 2005, em 2006, e R$47,5 bilhões em 2007[vii]. Mais recentemente, a partir de 2014, os prejuízos com as operações de swap cambial disparam novamente: a soma dos resultados negativos supera R$200 bilhões em 2014 e 2015.

Esses prejuízos são pagos pelo Banco Central e acabam onerando o orçamento federal ou gerando dívida pública, pois são transferidos para o Tesouro Nacional, de acordo com a "Lei de Responsabilidade Fiscal", a qual não estabelece limite algum para os danos decorrentes da política monetária.

Cabe ressaltar que a importante representação objeto do TC-012.015/2003-0 esclareceu que o tipo de operação de swap cambial realizada pelo Banco Central não constitui operação cambial, mas meramente de seguro (hedge):

> Função *estranha às atividades do Banco Central, que acaba atuando como comprador de risco do mercado,* ***atividade tecnicamente especulativa***.
>
> (...) *na descrição do swap que vem sendo realizado pelo Bacen, não existe operação cambial, pois não há pagamento em moeda estrangeira, depositada no exterior, e recebimento em nacional, ou vice-versa.* ***A operação é executada somente em moeda nacional****, utilizando-se da moeda estrangeira apenas como referencial para o cálculo da variação cambial, não sendo essa, de fato, transacionada (...)*

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Caberia ao TCU fazer o rastreamento contábil de alguns períodos em que o volume de operações e o prejuízo indicado no Quadro XLII publicado pelo Banco Central supera várias dezenas de bilhões de dólares, como por exemplo nos meses de fevereiro, março, maio, julho, agosto e setembro de 2015. O próprio presidente do Banco Central quando esteve na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal em 23/03/2016, chegou a afirmar que o próprio mercado alegava não precisar de toda essa proteção! Sem dúvida, esse é um aspecto a ser investigado.

Adicionalmente, deveriam ser verificados os impactos de questionáveis operações, como por exemplo:

- a **reclassificação estatística de títulos dívida interna como se fosse dívida externa** , com assunção de obrigação financeira adicional aumento da dívida pública[viii];

- o **pagamento de títulos antigos, da década de 1940**, sob impugnáveis argumentos que determinaram, em parecer, a inconstitucionalidade de normas legais[ix] e acataram títulos que teriam sido emitidos no exterior há cerca de 70 anos, apesar da renegociação geral das dívidas externas com bancos internacionais na década de 90 (Plano Brady[x]). É preciso dar transparência ao quantitativo dessas questionáveis obrigações antigas de dívida externa que estariam sendo quitadas agora, nos últimos anos, onerando o orçamento público e gerando mais dívida interna.

A investigação dessas operações que envolvem títulos antigos por parte do TCU é particularmente importante devido ao fato de tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central terem alegado, em respostas apresentadas à CPI da Dívida Pública, a impossibilidade de acesso a informações pelo menos 30 a 40 anos mais recentes que essas da década de 40, conforme, conforme trechos da Análise Técnica nº 5[xi], transcrita a seguir:

> Os dados estatísticos desagregados por tipo de dívida desde 1970 foram solicitados também ao Ministério da Fazenda que informou à CPI[xii] que "***a STN somente possui informações sobre saldos, movimentação financeira de contratos, pagamento de principal e juros a partir de 1993".*** Acrescentou ainda que ***"informações anteriores ao período mencionado somente podem ser fornecidas pelo Banco Central, com base em seus registros estatísticos da movimentação de capital estrangeiro no país."***
>
> Conforme Nota Técnica Depec-2009-211, enviada à CPI com Ofício 782/2009-BCB/Secre, informou o Banco Central que "*A compilação das informações primárias para produção das estatísticas de dívida externa é feita de acordo com o padrão metodológico internacional, definido pelo Departamento de Estatísticas do Fundo Monetário*

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

*Internacional..."(...)"**embora existam estatísticas sobre quanto da dívida externa total era devido a cada uma dessas categorias de credores, não eram desagregadas informações específicas sobre os credores da Dívida Externa Federal**."(...) Em relação aos fluxos relacionados com a dívida externa (empréstimos recebidos, amortizações pagas e juros pagos) as estatísticas agregadas do balanço de pagamentos do país, cuja publicação por este Banco Central inicia-se em 1947, não são suscetíveis de desagregação para a finalidade de isolar os relativos ao Governo Federal no período de 1970 a 1992.*

Nesse sentido, como seria verificada a veracidade de tais títulos da década de 40?

Nem mesmo registros contábeis disponíveis o Banco Central conseguiu disponibilizar à CPI:

Conforme Nota Técnica Deafi – 2009/54, de 29.10.2009, informou o Banco Central que *"não existem essas informações para o período de 1970 a 1973".* Período 1974 a 1983: *"essas informações foram obtidas por meio de cópias de microfichas e microfilmes, as quais não estavam disponíveis para todo o período."*-."Período 1984 a 1998: *"a área de informática do Banco está elaborando programa para a recuperação de dados solicitados pela CPI"* Período 1999 a 2008: *"enviados os demonstrativos analíticos"*.

Por meio dos Requerimentos de Informações no. 50, 51, 52 e 56 da CPI da Dívida Pública foram solicitadas informações detalhadas relativas aos grandes acordos com bancos privados, especialmente a composição dos valores objeto de negociação em 1983, 1984 e 1986, bem como as conciliações entre as dívidas existentes e as que foram objeto de "transformação" em 1994.

Conforme Nota Técnica Derin/Gabin-2009/154, enviada à CPI com Ofício 938.1/2009-BCB/SECRE, nenhuma dessas informações foi prestada, tendo sido apresentada solicitação de prorrogação de *"prazo adicional de 60 dias para as avaliações..."*

Posteriormente, foi aprovado o Requerimento de Informações Nº. 72, cujo item 2 requereu a *"Conciliação entre os valores da dívida externa brasileira discriminada por devedor e credor antes e após cada "renegociação" objeto de cada Acordo resultante das negociações da dívida externa com bancos privados internacionais em 1983 (Fase I), 1984 (Fase II), 1986 (Fase III), 1988 (Fase IV), 1992 e 1994 (Fase V)."*

O Banco Central informou à CPI que *"Os valores constantes dos contratos assinados, portanto, já eram os valores conciliados e **a conciliação manual não era guardada**"* (Ofício 1.052/09-BCB-Secre, juntamente com Nota Técnica Derin/Gabin-2009/172, de 29.12.2009).

Conforme Nota Técnica Derin/Gabin-2009/154, enviada à CPI com Ofício 938.1/2009-BCB/SECRE, *"as **bases de dados e programas informatizados utilizados no processo de conciliação dos números de todos os acordos foram desativados em agosto de 2006**, pois, encontrando-se concluído, há mais de dez anos, o processo de renegociação da dívida externa, a manutenção das bases e programas em questão, além de **desnecessária**, representava alto custo."*

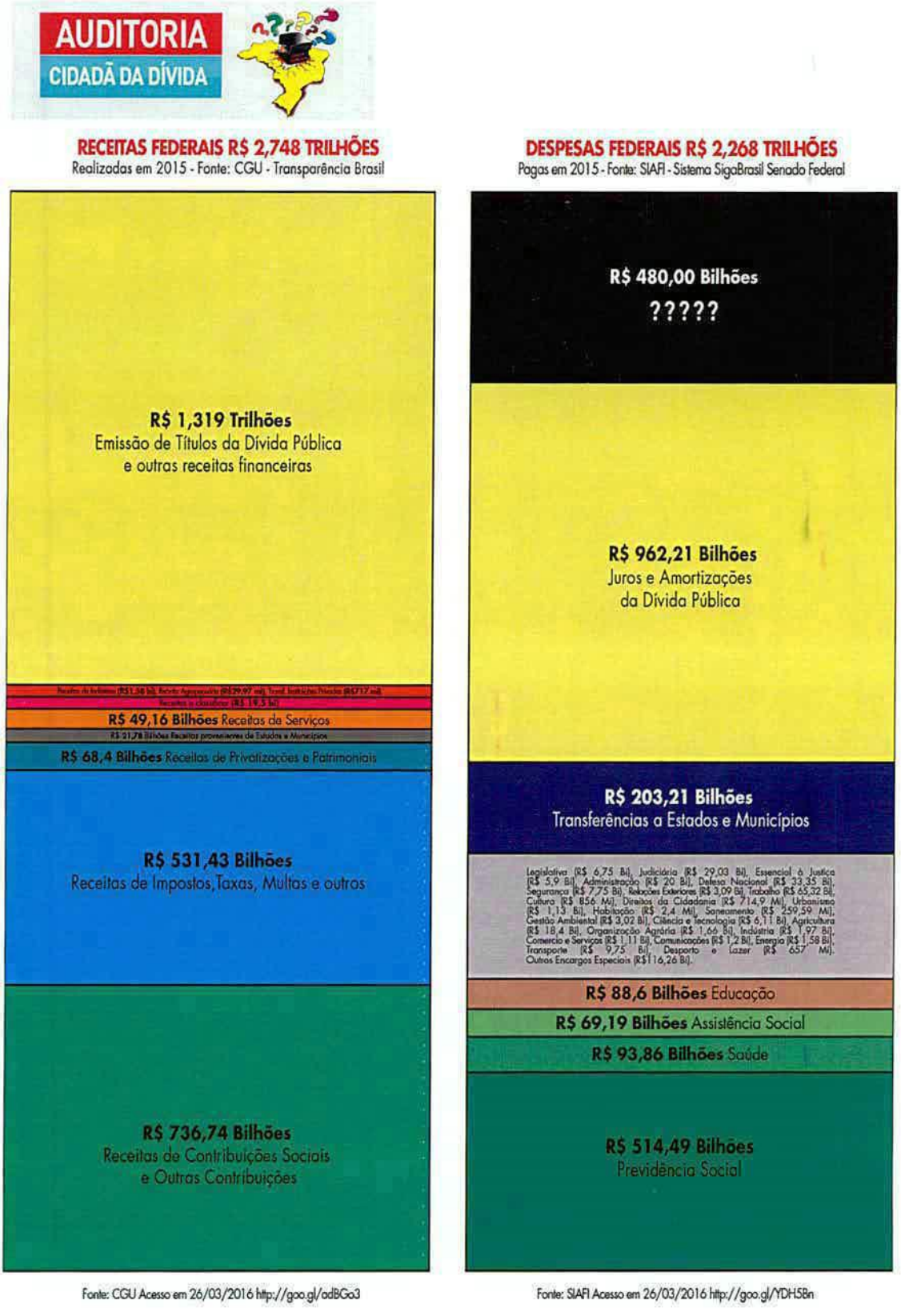
Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Qual teria sido a fonte de pesquisa para comprovar se tais títulos da década de 40 já haviam sido devidamente quitados? É fundamental que o TCU esclareça esses fatos e indique os valores pagos, que possivelmente geraram nova dívida pública.

Estariam tais obrigações relacionadas à emissão excessiva de títulos da dívida interna no ano de 2015?

A Auditoria Cidadã da Dívida efetuou comparativo entre as receitas federais realizadas em 2015 e as despesas pagas no mesmo ano, conforme dados obtidos em sites oficiais, tendo constatado uma sobra de recursos de R$ 480 bilhões em 2015, conforme demonstra o gráfico a seguir.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.



Em resposta a pedido de informações com base na Lei de Acesso a Informação, o próprio TCU já admitiu que houve emissão excessiva de títulos da dívida interna em 2015. Esse excesso não está justificado por quaisquer despesas do ano de 2015. Onde teriam sido aplicados os recursos advindos da venda desse excesso de títulos da dívida interna? Cabe ressaltar que, a partir do

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

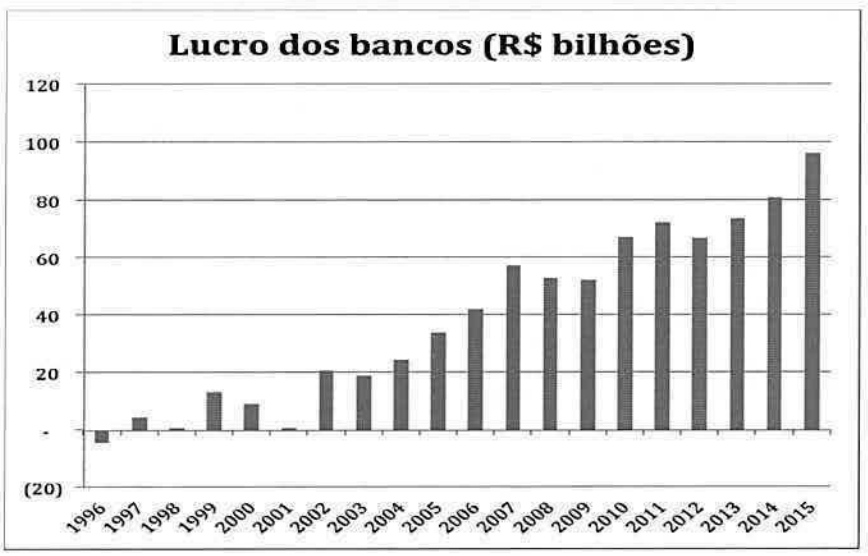
momento em que tais títulos são vendidos, inicia-se a obrigação de pagamento da remuneração de juros e demais encargos.

Por isso é tão importante que o TCU possa informar onde foram aplicados os recursos excessivos advindos da venda do excesso de títulos emitidos e vendidos em 2015, especialmente diante do anúncio de elevado déficit do Setor Público Consolidado (que engloba os orçamentos do Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) de R$ 111,2 bilhões em 2015.

Outro fator que tem influenciado significativamente o crescimento do estoque da dívida interna são os recorrentes e volumosos **prejuízos operacionais do Banco Central**. Além dos prejuízos com as questionáveis operações de swap cambial, antes mencionada, a acumulação de quase 400 bilhões de dólares em reservas internacionais, às custas de emissão de títulos da dívida interna para enxugar dólares que ingressavam ao país, justamente quando essa moeda se desvalorizava, tem provocado prejuízos estratosféricos, que foram transferidos para o Tesouro e geraram ainda mais dívida pública:

- 2009: prejuízo de R$ 150 bilhões;
- 2010: prejuízo de R$ 48,5 bilhões;
- 2016: prejuízo recorde de R$284 bilhões.

É impressionante como o Banco Central é o único banco a apresentar prejuízos colossais no Brasil, país onde os lucros do bancos são os mais elevados do planeta:



Fonte: http://www4.bcb.gov.br/top50/port/top50.asp

Estatísticas do próprio Banco Central demonstram que em 2015, apesar da desindustrialização, da queda no comércio, do desemprego e da retração do PIB em quase 4% o LUCRO DOS BANCOS foi 20% superior ao de 2014, e teria

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

sido 300% maior não fossem as exageradas provisões que atingiram R$ 183,7 bilhões[xiii], que reduzem seus lucros tributáveis. Esse lucro estratosférico evidencia a atuação de mecanismos de transferência de recursos para o sistema financeiro, gerando dívida pública e, simultaneamente, grandes lucros aos bancos.

A **utilização de títulos da dívida interna para absorver o excesso de dólares** que ingressaram no país[xiv] provocou crescimento acelerado da dívida interna, fato abafado principalmente pelo discurso de que o Brasil estava muito bem, acumulando reservas internacionais, sem contudo revelar o seu **custo de cerca de R$ 1 Trilhão, além dos juros sobre juros incidentes sobre os títulos emitidos.**

Também influenciou o crescimento da dívida interna no período questionado pelo Senado o **repasse de centenas de bilhões de reais ao BNDES**, devido ao diferencial de taxa de juros. Nesse sentido, é importante notar que diversas empresas beneficiárias de empréstimos subsidiados do BNDES também se beneficiaram de operações de swap cambial, conforme notícias veiculadas em diversos meios de comunicação[xv].

Além de todos esses fatores, seria muito importante que a auditoria do TCU sobre a dívida interna pudesse abranger todo o período, a partir do Plano Real, como investigado durante a CPI da Dívida Pública realizada em 2009/2010 na Câmara dos Deputados[xvi].

Os fatores que determinaram a explosão da dívida interna a partir do Plano Real (transformação de questionável dívida externa em "interna"; PROER; PROES; refinanciamento da dívida dos estados e municípios, entre outros) continuam exercendo impacto no crescimento do estoque dessa dívida, tendo em vista a **aplicação contínua de juros exorbitantes e juros sobre juros (anatocismo)** sobre todo o estoque da dívida interna.

Os juros têm sido, sem dúvida, o principal fator determinante do crescimento da dívida interna, como mostra o quadro seguinte, apresentado pelo Ministério da Fazenda à CPI da Dívida Pública realizada na Câmara dos Deputados, o qual evidencia o gasto de R$ 1,53 trilhão a título de juros nominais no período de janeiro/1996 a julho/2009. Cabe observar que no mesmo período a dívida cresceu de R$ 208,5 bilhões para R$ 1,28 trilhões, e o Superávit Primário produzido foi de R$ 678 bilhões. É impressionante a relevância dos juros no crescimento exponencial da chamada dívida interna brasileira:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

AUDITORIA
CIDADÃ DA DÍVIDA

TABELA 5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) - FATORES CONDICIONANTES (R$ BILHÕES)

Discriminação	dez/95	dez/96	dez/97	dez/98	dez/99	dez/00	dez/01	dez/02	dez/03	dez/04	dez/05	dez/06	dez/07	dez/08	jul/09	TOTAL
Dívida líquida total - saldo	**208,5**	**269,2**	**308,4**	**385,9**	**516,6**	**563,2**	**680,1**	**896,1**	**933,6**	**982,0**	**1.035,3**	**1.112,7**	**1.200,8**	**1.153,6**	**1.283,4**	**-**
Dívida líquida - var.ac.ano	-	60,7	39,2	77,4	130,7	46,6	116,9	216,0	37,5	48,3	53,3	77,4	88,1	-47,2	129,8	1.075
Fatores condicionantes:	-	60,7	39,2	77,4	130,7	46,6	116,9	216,0	37,5	48,3	53,3	77,4	88,1	-47,2	129,8	1.075
NFSP	-	**45,0**	**51,6**	**68,2**	**56,3**	**39,8**	**42,8**	**65,3**	**87,2**	**54,1**	**72,6**	**83,9**	**71,5**	**57,2**	**56,7**	**852**
Primário	-	0,7	8,3	-0,1	-31,1	-38,2	-44,0	-47,4	-56,8	-73,8	-84,4	-76,8	-89,7	-106,4	-38,4	-678
Juros nominais	-	44,2	43,3	68,3	87,4	78,0	86,8	112,8	144,1	128,0	157,0	160,7	161,2	163,7	95,1	1.530
Ajuste cambial	-	**1,5**	**4,1**	**6,9**	**69,4**	**18,3**	**30,9**	**148,0**	**-66,1**	**-18,0**	**-20,0**	**-6,9**	**21,0**	**-77,4**	**61,2**	**172**
Dívida interna indexada ao câmbio	-	1,0	1,6	4,3	39,9	9,5	19,2	76,7	-22,7	-3,3	-4,6	-2,2	-2,4	3,2	-2,7	117
Dívida externa – metodológico	-	0,5	2,5	2,6	29,5	8,9	11,7	71,3	-43,4	-14,7	-16,0	-4,7	23,4	-80,6	63,9	55
Dívida externa - outros ajustes	-	**-0,2**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**-0,4**	**-0,3**	**15,8**	**6,5**	**-1,1**	**2,8**	**-2,5**	**-26,4**	**12,9**	**7**
Reconhecimento de dívidas	-	**15,2**	**-0,2**	**15,2**	**14,0**	**8,7**	**44,6**	**6,7**	**0,6**	**6,5**	**3,3**	**-0,4**	**-0,6**	**0,1**	**0,6**	**114**
Privatizações	-	**-0,7**	**-16,3**	**-12,9**	**-9,0**	**-20,2**	**-1,0**	**-3,6**	**0,0**	**-0,8**	**-1,0**	**-2,0**	**-1,3**	**-0,8**	**-1,6**	**-71**
Memo: PIB doze meses - valorizado	745,1	876,3	968,9	991,0	1.160,0	1.236,5	1.364,4	1.745,8	1.744,1	2.036,8	2.157,4	2.424,6	2.736,8	2.971,0	2.913,0	-

Fonte:Banco Central do Brasil. Elaboração: STN/COGEP/GEPED

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

Cabe reafirmar que **no período de dezembro/1996 a julho/2009, os juros nominais somaram R$1,53 Trilhão!** Parte desse montante foi pago com o esforço do superávit primário, mas a maior parte foi paga mediante a emissão de novos títulos, o que é inconstitucional (art. 167, III), fazendo aumentar o estoque da dívida, sobre o qual passariam a incidir novos juros, no ilegal processo de anatocismo. Essa afronta ao art. 167, III, da Constituição Federal tem sido viabilizado mediante a ilegal contabilização de juros como se fosse amortização, antes mencionado.

É importante ressaltar que as taxas de juros no Brasil englobam uma atualização monetária mensal e cumulativa, calculada pela inflação medida pelo IGP, o que não possui base legal nem técnica.

A determinação das taxas de juros não obedece a uma fórmula matemática, como informou textualmente o Banco Central à CPI da Dívida Pública, em resposta a requerimento de informações[xvii]. O diretor de Política Econômica do Banco Central, Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita, informou à CPI[xviii] que *"as decisões do Copom são tomadas depois de apresentações técnicas de diferentes departamentos desta Autarquia e de exaustiva discussão sobre as condições macroeconômicas correntes e futuras, baseando-se em uma ampla gama de variáveis, as quais fazem parte de documentos anexados àqueles ofícios.* ***As decisões não decorrem da aplicação de uma fórmula que definiria qual deveria ser a decisão do Comitê sobre a meta da taxa Selic.***" (grifo nosso)

As "apresentações técnicas" que antecedem às reuniões do COPOM são feitas por convidados pelo Banco Central. A CPI da Dívida identificou os convidados para a reunião ocorrida em setembro/2009, observando que a imensa maioria são representantes do mesmo setor financeiro que se beneficia das elevadas taxas de juros, em flagrante conflito de interesses. Esse mesmo setor participa na condição de *dealer*, com prioridade na compra dos títulos da dívida pública emitidos pelo Tesouro Nacional e leiloados pelo Banco Central.

A participação do setor financeiro na condição de *dealers* preferenciais para a compra dos títulos é extremamente relevante, pois, devido a essa preferência, os mesmos exercem grande pressão para que o Tesouro ofereça taxas cada vez mais atraentes, caso contrário, recusam-se a comprar os títulos leiloados pelo Tesouro Nacional.

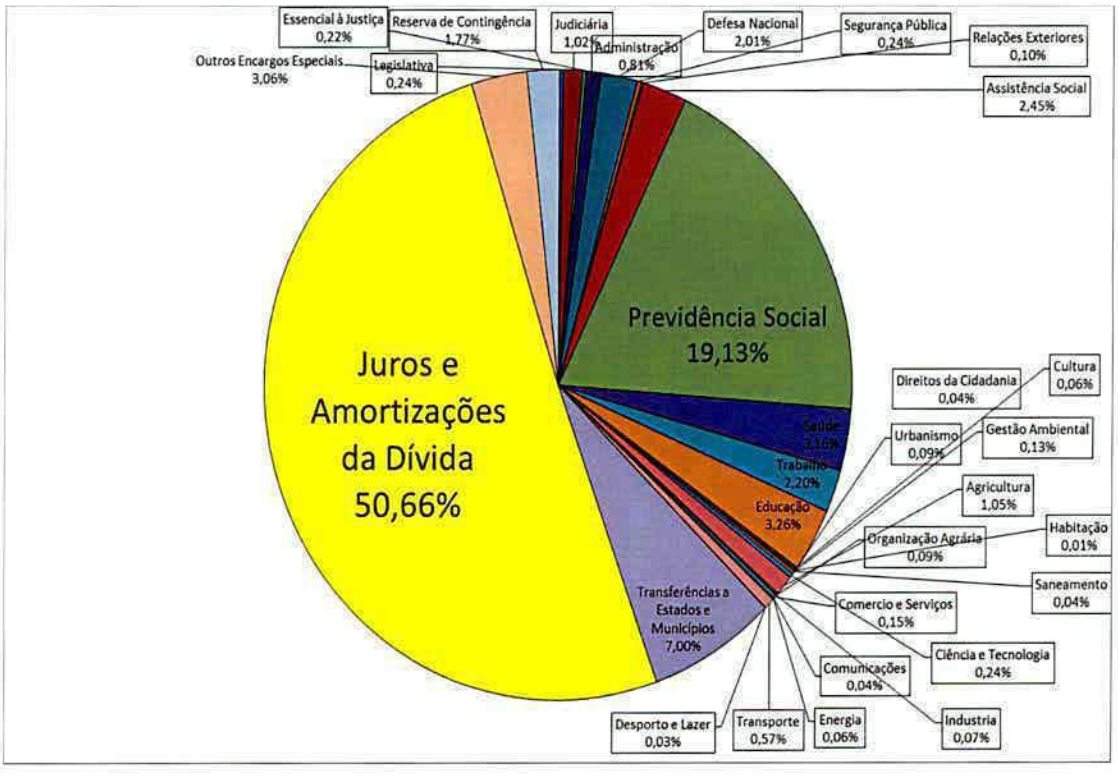
É devido a essa forma de operar que, apesar da queda da taxa Selic (ao patamar de 7,25% ao ano a partir de outubro/2012), o custo médio da dívida pública federal interna atingiu **11,72%** ao ano em dezembro de 2012[xix], custo esse 60% superior ao atual patamar da taxa Selic. Tal disparate decorre do

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

oferecimento, pelo Tesouro Nacional, de taxas de juros muito superiores à taxa Selic, caso contrário, os *dealers* simplesmente deixam de comprar os títulos. É por isso que a maior parte dos títulos da dívida interna deixou de ser indexado à taxa Selic, mas a outras taxas, bem maiores.

Essa prática, durante anos seguidos, tem provocado enormes danos ao patrimônio público nacional, devido à contínua exigência de elevados montantes de recursos público para o pagamento dos exorbitantes juros da dívida, de tal forma que os gastos com a dívida pública têm consumido quase a metade do orçamento federal todo ano[xx]. No orçamento projetado para 2017 os gastos com a dívida irão ultrapassar 50% dos gastos:

Orçamento Geral da União (Projetado para 2017) Total R$ 3,399 trilhões



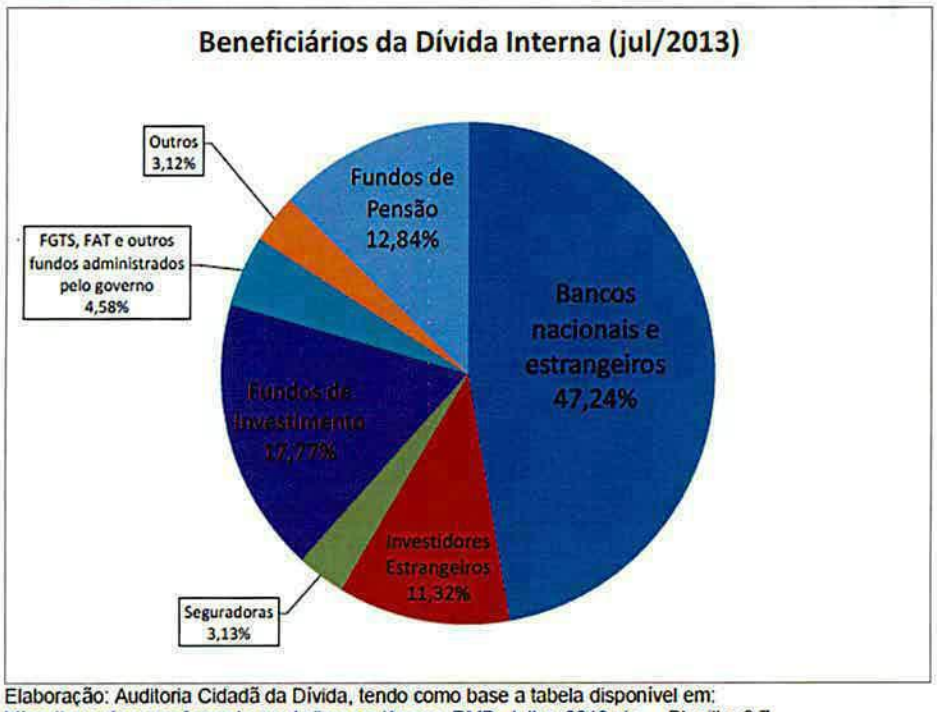
Fonte:
http://www.camara.leg.br/internet/comissao/index/mista/orca/orcamento/OR2017/proposta/2_Volume1.pdf pág 161

É muito importante que o TCU, nessa oportunidade de realizar o exame solicitado pelo Senado Federal, dê mais transparência aos números da dívida interna, sem os artifícios que têm sido utilizados, tais como a informação da dívida "líquida" como estoque no lugar da dívida bruta efetivamente assumida; os juros "reais" no lugar dos juros nominais efetivamente pagos; os juros no SIAFI subtraídos da parcela dos juros contabilizada como se fosse amortização, além de outros mecanismos que têm sido computados como "juros da dívida" de forma não transparente, como as perdas dos contratos de *swap* cambial.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

2. Detentores dos títulos da dívida interna

Não há a devida transparência em relação aos detentores da dívida interna brasileira. Essa informação é considerada SIGILOSA no Brasil. O Banco Central informa somente os grupos econômicos que detêm os títulos, conforme gráfico a seguir:



Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida, tendo como base a tabela disponível em:
https://www.tesouro.fazenda.gov.br/images/Anexo_RMD_Julho_2013.zip - Planilha 2.7
Nota: incluíram-se as "Operações de Mercado Aberto", disponíveis na tabela abaixo, e que representam dívida do Banco Central com os bancos, conforme comprovado na recente CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados.
http://www.bcb.gov.br/htms/infecon/demab/ma201307/NImprensa.zip - Tabela 11

Ademais, não somente os detentores dos títulos, mas também todas as operações relacionadas à dívida pública são consideradas sigilosas. Recentemente, em resposta a pedido de informações formulado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, o Banco Central respondeu que os beneficiários das "Operações Compromissadas" e dos contratos de "Swap" são sigilosos!

Essa opacidade em relação aos detentores dos títulos da dívida pública brasileira, beneficiários dos elevados juros praticados no Brasil, fere o princípio da transparência que deve reger todas as operações públicas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

É fundamental que o TCU possa avançar no sentido de garantir a devida transparência em relação aos detentores da dívida pública e demais operações realizadas pelo Banco Central sob o manto de exercer política monetária: Operações Compromissadas (que na prática representam a remuneração da sobra de caixa dos bancos) e swap cambial (que tem garantido a bancos e grandes empresas privilegiadas a variação cambial, às custas de geração de fabulosos prejuízos que geram dívida pública).

A partir de simples notícias veiculas na imprensa[xxi] tem sido possível verificar flagrantes abusos por parte de empresas que se beneficiam de empréstimos subsidiados do BNDES (que geram dívida pública devido ao diferencial de taxas de juros) e ao mesmo tempo lucram bilhões em operações de swap cambial oferecidas pelo Banco Central (gerando dívida pública devido ao prejuízo que é transferido ao Tesouro Nacional).

3. *Dealers*

O requerimento do Senado também menciona a questão dos dealers: *A administração da dívida bruta interna da União conta com o sistema de dealers.*

A cada 6 meses, por meio de atos administrativos internos, são nomeados os 12 *dealers* que possuem o privilégio de participar dos leilões de títulos da dívida interna realizados pelo Banco Central.

Esses exercem grande pressão pela alta das taxas de juros nos leilões, e também sobre a fixação das taxas de juros , como já reconheceu o próprio Banco Central em diversas manifestações públicas[xxii]: *"Os críticos da pesquisa apontam que ela funciona como mecanismo de pressão do mercado financeiro sobre a condução da política de juros."*

O referido jornal mencionou a intenção manifestada por representantes do Banco Central na implementação de modificações em procedimentos para a elaboração do Relatório de Inflação, visando a diversificar as fontes de informações, e, de certa forma, reconhecendo que constitui irregularidade o fato de o COPOM basear a definição dos juros em consultas feitas aos próprios rentistas que se beneficiam das elevadas taxas de juros.

Dada a sua importância, reproduzimos trecho de um texto dos pesquisadores Marcelo Luiz Curado e José Luis Oreiro[1]:

---

[1] Metas de Inflação: uma avaliação do caso brasileiro. Março de 2005. Disponível em http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1121/1452

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

> *"**A decisão de fixação da taxa de juros é influenciada por expectativas de inflação que não refletem a percepção dos agentes com efetivo poder de formação de preços a respeito da evolução futura da inflação, mas sim as opiniões vigentes entre os analistas do mercado financeiro sobre esse tema.** Com efeito, como se observa no Relatório de Inflação de setembro de 2004 do Banco Central do Brasil, as expectativas de mercado desempenham um papel importante na decisão do COPOM a respeito do valor da taxa básica de juros. No entanto essas expectativas de mercado nada mais são do que as expectativas dos departamentos de análise econômica dos bancos e agentes do sistema financeiro. Dessa maneira cria-se um mecanismo perverso no qual o sistema financeiro brasileiro pode influenciar a decisão do Banco Central a respeito da fixação da taxa de juros, pois se os bancos entrarem em acordo entre si eles podem "forçar" um aumento da taxa de juros por intermédio de uma "revisão para cima" de suas expectativas de inflação. Em função das fortes evidências de comportamento oligopolista por parte dos bancos brasileiros (cf. Belaisch, 2003), a **ocorrência de um "conluio"** para forçar um aumento da taxa de juros não pode ser encarada como uma simples "curiosidade teórica".*

Por outro lado, instituições financeiras que se fazem representadas em tais reuniões também atuam na compra de títulos públicos, se credenciando como "***dealers***", que são definidos, segundo o glossário da Secretaria do Tesouro Nacional, da seguinte forma:

> *"São as instituições financeiras mais ativas no mercado de títulos públicos credenciadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e Banco Central do Brasil. As instituições têm acesso às operações especiais do Tesouro Nacional (1 – vendas de títulos públicos pelos preços médios apurados nas ofertas públicas e; 2 – compras de títulos públicos federais, a preços competitivos, restritas às instituições credenciadas). Atualmente, a participação nessas operações está relacionada ao desempenho mensal da instituição credenciada em uma série de metas estabelecidas pelo Tesouro Nacional."*[2]

Durante os trabalhos da CPI da Dívida Pública em 2009/2010, constatou-se que os mesmos bancos que participavam das reuniões prévias realizadas pelo Banco Central eram, frequentemente, as instituições credenciadas a comprar, em primeira mão, os títulos da dívida emitidos pelo Tesouro, na condição de *dealers*

[2] http://www.tesouro.gov.br/servicos/glossario/glossario_d.asp

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

conforme tabela existente na página do Tesouro Nacional na internet[3], para o período de fevereiro a julho de 2010:

TESOURONACIONAL

INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM A CODIP E COM O DEMAB DEALERS ESPECIALISTAS Período de Avaliação: 10/02/2010 a 31/07/2010
BANCO BARCLAYS S A
BANCO BRADESCO S A
BANCO BTG PACTUAL S A
BANCO CITIBANK S A
BANCO DO BRASIL S A
BANCO SANTANDER (BRASIL) S A
BANCO VOTORANTIM S A
CM CAPITAL MARKETS CCTVM LTDA
DEUTSCHE BANK S A
HSBC BANK BRASIL S A
ITAÚ UNIBANCO S A
RENASCENÇA DTVM LTDA

Referência Legal:
Decisão-Conjunta 14, de 20/03/2003, Ato Normativo Conjunto 18 de 06/02/2009 e Ato Normativo Conjunto 19 de 05/08/2009.

Comparando os nomes que aparecem na tabela anterior, de 2010, com a relação dos "*dealers*" que aparecem em outras tabelas disponíveis, constata-se que há uma pequena alternância entre as 12 instituições, porém todos são instituições financeiras que também tiveram seus representantes convidados para as reuniões com o Banco Central para expressar suas opiniões acerca da expectativa de inflação que dirigiria a definição do patamar das taxas de juros Selic.

Os mesmos atores permanecem no processo, conforme tabela consolidada a seguir, referente ao período de fevereiro de 2012 a janeiro de 2013:

---

3 http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/dealers/Dealers_Primarios_1Sem10.pdf e http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/downloads/dealers/Dealers_especialistas_1Sem10.pdf

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

TESOURONACIONAL

INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM A CODIP E COM O DEMAB DEALERS	
10/02/2012 a 31/07/2012	10/08/2012 a 31/01/2013
BCO BRADESCO S A	BCO BARCLAYS S A
BCO BTG PACTUAL S A	BCO BRADESCO S A
BCO CITIBANK S A	BCO BTG PACTUAL S A
BCO DO BRASIL S A/MERCADO	BCO DO BRASIL S A/MERCADO
BCO J P MORGAN S A	BCO SANTANDER (BRASIL) S A
BCO SANTANDER (BRASIL) S A	BCO VOTORANTIM S A
BCO VOTORANTIM S A	CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MERCADO
CAIXA ECONOMICA FEDERAL/MERCADO	DEUTSCHE BANK S A - BCO ALEMAO
CM CAPITAL MARKETS CCTVM LTDA	HSBC BANK BRASIL S A - BANCO MULTIPLO
HSBC BANK BRASIL S A - BANCO MULTIPLO	ICAP DO BRASIL CTVM LTDA/BRAD
ITAU UNIBANCO S A	ITAU UNIBANCO S A
RENASCENCA DTVM LTDA/BRAD	RENASCENCA DTVM LTDA/BRAD

Referência Legal:
Decisão-Conjunta 18, de 10/02/2010, Ato Normativo Conjunto 26 de 08/02/2012 e Ato Normativo Conjunto 27 de 08/02/2012.

O fundamento mencionado pelo Tesouro Nacional nas tabelas acima, que divulgam os nomes dos *dealers* para cada período de 6 meses, se resume à indicação de "Decisão Conjunta" e "Atos Normativos Conjuntos" que não se encontram disponíveis para consulta pública. O aprofundamento dessa questão é necessário e exigiria diligências junto ao Tesouro Nacional para a verificação das normas que fundamentam esse privilégio concedido a determinadas instituições do setor financeiro nacional e internacional.

Adicionalmente, outras instituições "*não dealers*" passaram a participar dos leilões, sem qualquer transparência em relação aos critérios que possibilitam tal acesso.

Assim, é importante destacar a presença preponderante do mercado financeiro em todas as fases:

- Membros do COPOM (egressos do mercado financeiro)
- Participantes de reuniões do Banco Central com "analistas independentes"
- *Dealers e não-dealers*

É fundamental que o TCU garanta a transparência acerca do processo de aquisição dos títulos da dívida pública brasileira, exigindo a apresentação de tabela completa, com todas as operações realizadas (venda, troca etc.), indicando a motivação e justificação para a emissão dos títulos, os respectivos montantes, condições financeiras e, especialmente, os adquirentes dos referidos títulos, de forma clara e legível, a fim de permitir a devida transparência que deve reger

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

todo ato público, especialmente aqueles atos onerosos que obrigam a sociedade a tantos sacrifícios.

CONCLUSÃO

A dívida pública brasileira nunca foi auditada, como determina a Constituição Federal, e, conforme denunciado inclusive por Comissões do Congresso Nacional[xxiii], é repleta de indícios de ilegalidade, ilegitimidade e até fraudes, tais como a suspeita de renúncia à prescrição, diversas transformações de passivos privados em dívidas públicas, além de mecanismos financeiros que geram dívida sem contrapartida alguma ao país ou à sociedade, a exemplo das escandalosas operações de *swap* cambial e operações compromissadas, antes mencionadas, e recentes mecanismos sofisticados que envolvem a securitização de créditos (PLS 204/2016).

A constatação acerca da atuação desses mecanismos meramente financeiros que geram dívida sem contrapartida alguma ao país ou à sociedade é algo que se repete tanto internamente no Brasil (em relação à chamada dívida dos estados), como em outros países. Essa constatação permitiu que identificássemos a existência de um "Sistema da Dívida", isto é, a utilização do endividamento público às avessas, ou seja, em vez de servir para aportar recursos ao Estado, o processo de endividamento tem funcionado como um instrumento que promove uma contínua e crescente subtração de recursos públicos, que são direcionados principalmente ao setor financeiro privado. É por isso que é tão importante realizar a auditoria dessas dívidas, a fim de mostrar a verdade e segregar o que é dívida legítima e ilegítima.

A atuação desses mecanismos financeiros tem provocado não somente a geração de dívida pública, mas também o seu contínuo crescimento, devido à aplicação de condições extremamente onerosas, alcançando patamares insustentáveis. Além de sangrar os orçamentos públicos e exigir a contínua privatização de patrimônio público para o seu pagamento, a dívida pública tem pautado o modelo econômico brasileiro, que tem como principais metas a obtenção de superávit primário e o controle da inflação[xxiv], e tem sido a justificativa para contrarreformas e do pacote de medidas que tramitaram em regime de prioridade no Congresso Nacional (PLP-257/2016, PEC-241/2016, PEC 143/2015 e 31/2016, entre outros) que jogam essa conta ilegítima nas costas de trabalhadoras e trabalhadores públicos e privados, ativos e aposentados, provocando danos patrimoniais, sociais e morais à sociedade e ao país.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

É urgente enfrentar o perverso mecanismo do Sistema da Dívida no Brasil. Entendemos que essa auditoria sobre a dívida interna a ser realizada pelo TCU, em atendimento ao requerimento do Senador Álvaro Dias, poderá ser um grande passo no sentido da retomada do desenvolvimento socioeconômico do nosso rico país.

Brasília, 10 de janeiro de 2017.

Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

---

[i] Último dado disponibilizado até a presente data

[ii] Dado disponível em
http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa/loa-2015/consultas-e-relatorios-de-execucao
GND 4, do relatório por GND disponível em:
Banco de Dados Access p/download (execução do Orçamento da União) - Restos a Pagar Atualizado até 10/12/2016.

[iii] Relatório ACD 1/2013 - Exame Específico referente à contabilização de parte dos juros nominais como se fossem amortizações, disponível em:
http://www.auditoriacidada.org.br/wp-content/uploads/2013/11/Parecer-ACD-1-Vers%C3%A3o-29-5-2013-com-anexos.pdf

[iv] Tema abordado no artigo disponível em: http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/10/24/pec-241-ira-burlar-regra-de-ouro-da-constituicao/

[v] Tema abordado no artigo "O Banco Central está suicidando o Brasil" disponível em:
http://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/o-banco-central-esta-suicidando-o-brasil-dh5s162swds5080e0d20jsmpc

[vi] Artigo "Prejuízos do BC em favor de especuladores clamam por CPI da dívida pública", de Paulo Passarinho, disponível em https://goo.gl/K0z30S

[vii] http://blogdojovemempresario.blogspot.com.br/2010/07/contratos-swap-e-falcatrua-do-banco.html

[viii] O Banco Central divulgou nota (BC do Brasil - Estatísticas do Setor Externo – Adoção da 6ª Edição do Manual de Balanço de Pagamentos e Posição Internacional de Investimentos (BPM6) - Nota Metodológica no

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

4 – Dívida externa - Junho de 2015), mediante a qual explica a transferência, para a estatística da dívida externa, 100 bilhões de dólares de um montante de títulos da dívida interna em volumes superiores a, tendo em vista que tais títulos teriam sido adquiridos por residentes no exterior.

A justificativa para tal reclassificação, além de obedecer a manuais do FMI, seria *"aprimorar a qualidade e a utilidade das estatísticas de dívida externa"*. No entanto, determinado trecho da nota indica que *"o risco cambial é suportado exclusivamente pelo investidor e credor não residente"*. Essa reclassificação estatística foi feita em junho/2015, porém, considerou dados retroativos, referentes a títulos de renda fixa negociados no mercado doméstico e detidos por não residentes desde o ano de 2011, pelo menos, que é o que mostra o quadro XXII divulgado pelo BC.

Considerando que justamente no período de 2011 até 2015 o dólar passou por forte valorização frente ao real, tal reclassificação estatística renderá adicionalmente ao detentor de tais títulos da dívida interna o valor correspondente à variação cambial do período. Ou seja, além de obter os maiores juros do mundo que incidem sobre os títulos da dívida interna brasileira e usufruir de isenção de imposto de renda sobre os rendimentos desses títulos, essa modificação estatística renderá a variação cambial aos rentistas internacionais, gerando obrigação financeira adicional ao País e um aumento da dívida pública.

[ix] **P A R E C E R** PGFN/COF/Nº 618/2002, disponível em
http://dados.pgfn.fazenda.gov.br/dataset/pareceres/resource/6182002
que segue a mesma linha dos artigos disponíveis em:
http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15873
e
http://www.haradaadvogados.com.br/compensacao-de-titulos-de-divida-externa-brasileira-com-tributos-federais/

[x] Capítulo III da Análise Técnica Nº 5 sobre a Dívida Externa, durante a CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados, disponível em: http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/08/15/analise-preliminar-5-divida-externa/

[xi] Análise Técnica Nº 5 sobre a Dívida Externa, durante a CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados, disponível em: http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/08/15/analise-preliminar-5-divida-externa/

[xii] Aviso no. 419/MF, de 13 de novembro de 2009, acompanhado da Nota STN/CODIV No. 1556/2009, de 13/11/2009

[xiii]
http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2016/02/04/internas_economia,516532/reserva-de-bancos-contra-calotes-vai-a-r-183-7-bi.shtml

[xiv]
Justamente no período em que o dólar se encontrava em forte desvalorização, aproveitando-se da ausência de controle de capitais no país, os grandes bancos (internacionais e nacionais com subsidiárias no exterior) passaram a remeter grandes volumes de dólares para o Brasil, pois em todos os países os juros estavam baixíssimos, enquanto no Brasil a generosidade do Banco Central promoveu a troca desses dólares por títulos da dívida interna, sob a justificativa de que esse excesso de moeda provocaria inflação. Para acentuar esse processo e aumentar ainda mais os lucros dos bancos, em 2006 o governo concedeu isenção de imposto de renda aos estrangeiros que aplicassem em títulos da dívida interna brasileira (Medida Provisória 281/2006) . Os bancos ficaram livres de moeda que se desvalorizava e receberam títulos em reais que pagam as mais elevadas taxas de juros do mundo, com rendimentos isentos de tributos. O BC utilizou grande parte desses dólares para financiar os Estados Unidos da América do Norte, adquirindo os títulos de sua dívida pública que não rendem quase nada ao país. Essa operação provocou crescimento acelerado da dívida interna, fato abafado principalmente pelo discurso de que o Brasil estava muito bem, acumulando reservas internacionais, sem contudo revelar o seu **custo de cerca de R$ 1 Trilhão, além dos juros sobre juros incidentes sobre os títulos emitidos**.
É importante ressaltar que o Banco Central do Brasil não divulga onde estão aplicadas as reservas internacionais. Sabe-se que cerca de US$260 bilhões são aplicados em títulos da dívida norte americana porque aquele país informa os detentores de seus títulos. No Brasil, nem mesmo o TCU obteve essa informação (Acórdão 470/03), o que é inaceitável e flagrantemente inconstitucional.

[xv] Notícias que relacionam empréstimos subsidiados do BNDES e obtenção de elevados lucros em operações de swap cambial realizadas pelo Banco Central, envolvendo a JBS, por exemplo:

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.

- Operações do Banco Central ajudam JBS a reduzir exposição cambial, disponível em http://www.ngo.com.br/em-foco/press-clipping/not%C3%ADcias/1542-exclusivo-opera%C3%A7%C3%B5es-do-banco-central-ajudam-jbs-a-reduzir-exposi%C3%A7%C3%A3o-cambial
- Com mãozinha do BNDES, herdeiros da JBS se tornam bilionários, disponível em http://www.infomoney.com.br/bloomberg/mercados/noticia/3750835/com-maozinha-bndes-herdeiros-jbs-tornam-bilionarios
- No Governo Lula, BNDES trocou receber R$ 3,4 bilhões emprestados por ações da JBS (FRIBOI), disponível em https://blogdopaulinho.com.br/2016/06/02/no-governo-lula-bndes-trocou-receber-r-34-bilhoes-emprestados-por-acoes-da-jbs-friboi/
- JBS obteve R$ 12,8 bi do BNDES, disponível em http://www.oantagonista.com/posts/jbs-obteve-r-12-8-bi-do-bndes

[xvi] Análise Técnica Nº 6 sobre a Dívida Interna, durante a CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados, disponível em: http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/08/15/analise-preliminar-6-divida-interna/

[xvii] Ofício 114/09-P, de 19.11.2009

[xviii] Ofício 1007/2009-BCB-Secre, de 09.12.2009 e Ofício 999/2009-BCB-Diret

[xix] Tabela do Tesouro Nacional disponível em www.tesouro.fazenda.gov.br/images/arquivos/Divida_publica/Publicacoes/Relatorio_Mensal/Anexo_RMD_Dezembro_2012.zip - Quadro 4.1

[xx] EXPLICAÇÃO SOBRE O GRÁFICO DO ORÇAMENTO ELABORADO PELA AUDITORIA CDADÃ DA DÍVIDA, disponível em http://www.auditoriacidada.org.br/blog/2016/11/09/explicacao-sobre-o-grafico-do-orcamento-elaborado-pela-auditoria-cdada-da-divida/

[xxi] Diversos artigos sobre a JBS, já referenciados anteriormente.

[xxii] Notícia do jornal O Estado de São Paulo, de 31/3/2011, disponível em: http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,bc-muda-pesquisa-para-obter-mais-transparencia,699666,0.htm

[xxiii] Comissões do Congresso Nacional que investigaram a dívida pública:

COMISSÃO	Parlamentares e Resultado	Análise Preliminar
CPI da Câmara dos Deputados destinada a "*apurar as causas e consequências da dívida brasileira e o Acordo com o FMI*". Instituída pelo Requerimento Nº 8/83. Instalada em 16/08/1983.	Presidente: Dep. Alencar Furtado Relator: Dep. Sebastião Nery **Relatório Final aprovado em setembro de 1984**	**Análise Preliminar Nº 4**
Comissão Especial do Senado Federal para a Dívida Externa, destinada a "*examinar a questão da dívida externa brasileira e avaliar as razões que levaram o Governo a suspender o pagamento dos encargos financeiros dela decorrentes, nos planos externo e interno*". Instituída pelo Requerimento nº 17, de 1987. Instalada em 14/04/1987.	Presidente: Senador Carlos Chiarelli Relator: Senador Fernando Henrique Cardoso **Relatório Final aprovado em 23 de agosto de 1989.**	**Análise Preliminar Nº 1**
Comissão Mista destinada "*ao exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento brasileiro, para cumprir a missão constitucional – Art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*". Instalada em 11/04/1989.	Presidente: Dep. Waldeck Ornelas Relator: Senador Severo Gomes **Relatório Parcial aprovado em 9 de agosto de 1989**	**Análise Preliminar Nº 2**
	Relator: Dep. Luiz Salomão **Parecer Final apreciado em 5 de setembro de 1989, NÃO VOTADO**	**Análise Preliminar Nº 3**

[xxiv] Utilizando instrumentos que não controlam a inflação brasileira (taxa de juros elevadíssima e restrição da base monetária por meio das operações compromissadas que retiram mais de R$1 trilhão da economia e remuneram os bancos diariamente sobre esse valor). A inflação brasileira é provocada por elevação continua dos preços "administrados"(energia, telefonia, combustível, transporte public, tarifas bancárias e demais tarifas de serviços) e pela alta no preço de alimentos, devido a equívocos da política agrícola. Tais fatores não são influenciados pelos instrumentos de controle inflacionário utilizados pelo Banco Central, que têm servido para transferir recursos públicos aos bancos e demais rentistas.

Para verificar as assinaturas, acesse www.tcu.gov.br/autenticidade, informando o código 56921451.